

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC THIAGO CRISTIANO MUNIZ SANTOS

A MISSÃO DE ASSESSORIA NAVAL BRASILEIRA NA NAMÍBIA:

Um importante instrumento do *Soft Power* do Brasil na África, no período de
1994 a 2021

Rio de Janeiro

2023

CC THIAGO CRISTIANO MUNIZ SANTOS

A MISSÃO DE ASSESSORIA NAVAL BRASILEIRA NA NAMÍBIA:

Um importante instrumento do *Soft Power* do Brasil na África, no período de
1994 a 2021

Dissertação apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para conclusão do
Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG(RM1) Leonardo Faria de
Mattos

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria. Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Por dever de justiça, devo agradecer primeiramente ao Senhor Deus. Sem Ele nada seria possível. Ele é minha Fortaleza.

À minha família: meus Pais Selma e Sidinei, minha esposa Marjorie e meus queridos filhos Santiago Abel e Thiago Emanuel, agradeço por perdoarem minha ausência, seja nas vezes que a carreira naval assim exigiu, seja durante os desafios do concurso de admissão ao Curso e ao longo do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores. Muito Obrigado! Vocês são o combustível do meu sucesso, e as personificações do verdadeiro Amor. Tenham certeza de que concluirei esse processo um Oficial e um ser humano melhor.

Aos comandantes que tive ao longo da carreira, em especial o Vice-Almirante Carlos Eduardo Horta Arentz, por me ensinarem desde o princípio a importância do aprimoramento profissional.

Aos amigos da turma C-EMOS/2023, em especial os 7 oficiais oriundos da Turma Luiz Leal Ferreira (GM 2005), por fortalecerem nossos laços de amizade, e por compartilharem comigo as peculiaridades da cultura de nossa Turma.

Registro meus agradecimentos ao CF Alexandre Fonseca Azeredo, Chefe da Missão de Assessoria Naval na Namíbia, pela empatia e apoio irrestrito. Por fim, agradeço ao meu orientador, CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos, pelo profissionalismo, fidalguia e total disposição em ajudar-me nas indagações que surgiram durante o estudo. A todos aqui lembrados, minha sincera gratidão.

“Prestígio significa o reconhecimento da força de uma nação por parte de outros povos. O prestígio (alvo de escárnio por alguns) é enormemente importante, pois se a sua força for reconhecida, uma nação é, em geral, capaz de atingir seus objetivos, sem ter de usá-la.”

Edward Hallett Cart, Diplomata britânico, 1945.

RESUMO

A história nos mostra que a África foi por muito tempo alvo do interesse das grandes potências. No começo e durante alguns séculos, o continente serviu como polo fornecedor de mão de obra escrava. Posteriormente como fornecedor de matéria-prima, metais preciosos, diamantes e regiões produtoras de *commodities*. Território parcialmente ocupado no início pelos portugueses, após a Conferência de Berlim, o continente foi partilhado principalmente por portugueses, britânicos, alemães, franceses e belgas; que exerceram domínio até o grande movimento de libertação daquelas colônias. Hoje em dia, com o surgimento da República Popular da China como nova potência estatal, o continente é alvo de uma disputa “Neocolonialista”. Valendo-se de nova forma de domínio e poder, o *soft power*, identifica-se o exemplo da China, potência que nas últimas décadas vem aumentando seu poder e influência em todo planeta, em especial no continente africano, sendo por isso objeto desta dissertação. Neste estudo, analisou-se a teoria do poder de Joseph Samuel Nye Junior, especificando suas formas de aplicação: *soft power*, *hard power* e *smart power*. O trabalho foi desenvolvido no modelo de pesquisa investigativa bibliográfica, com base na metodologia científico, tendo como desenho de pesquisa a comparação da teoria com a realidade. Para tal, abordou-se a forma como a China se faz presente desde a origem do Estado Namibiano e como gradualmente vem moldando a realidade daquele país conforme seus interesses. Com base na aplicação da teoria de Joseph Nye, este trabalho propõe-se também apresentar como o Brasil, interagiu com aquela nação africana, em especial no que tange os aspectos do *soft power* brasileiro aplicado ao poder naval, e quais foram os ganhos que o Estado brasileiro obteve naquela região de seu Entorno Estratégico.

Palavras-Chave: *Soft Power*; China; Namíbia; Brasil; Missão de Assessoria Naval.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Entorno Estratégico Brasileiro	49
Figura 2 – Mapa político da África	50
Figura 3 – Distribuição territorial das minas de urânio da Namíbia.....	51
Figura 4 – Gráfico da distribuição das exportações Namibianas	52
Figura 5 – Gráfico volume de exportações China - Namíbia	53
Figura 6 – Gráfico Volume de exportações Brasil - Namíbia.....	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID — Base Industrial de Defesa

BNWB — Base Naval Walvis Bay

BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CGNPC — China General Nuclear Power Group

CIAW — Centro de Instrução Almirante Wandenkolk

CNO — Chief Naval Officer

CPLP — Comunidade de Países da Língua Portuguesa

DHN — Diretoria de Hidrografia e Navegação

END — Estratégia Nacional de Defesa

EGN — Escola de Guerra Naval

EUA — Estados Unidos da América

FMI — Fundo Monetário Internacional

GAT-FN — Grupo de Assessoria Técnica de Fuzileiros Navais

IBRACHINA — Instituto Sociocultural Brasil China

INACE — Indústria Naval do Ceará

IMO — Organização Marítima Internacional

LRIT — Longe-Range Identification and Tracking

MB — Marinha do Brasil

MAN — Missão de Assessoria Naval

NS — Namibian Ship

ONU — Organização das Nações Unidas

OTAN — Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCC — Partido Comunista Chinês

PIB — Produto Interno Bruto

PLC — *Public Limiteded Company*

PND — Política Nacional de Defesa

RPC — República Popular da China

SGB — Serviço Geológico do Brasil

SWAPO — *Southwest Africa People's Organization*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O PODER E SUAS FORMAS: A VISÃO DE JOSEPH S. NYE JR.....	13
3	O CASO DA NAMÍBIA	22
3.1	A Geografia Namibiana.....	20
3.2	Aspectos Históricos	22
3.3	A influência chinesa na Namíbia	24
4	A Missão de Assessoria Naval na Namíbia: A atuação do Soft Power Brasileiro....	354
4.1	As relações Brasil – Namíbia	34
4.2	O Acordo de Cooperação Brasil – Namíbia	36
5	CONCLUSÃO	44
	REFERÊNCIAS.....	47
	ANEXOS.....	51

1 INTRODUÇÃO

Ainda durante o período da Guerra Fria (1947 – 1991), em meio a divisão do mundo em duas zonas de influência: uma capitalista e outra socialista; nosso país obteve em 1986 uma significativa vitória diplomática ao aprovar a Resolução 41/11 da Organização das Nações Unidas (ONU) e assim conseguir aprovar a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)¹. Foi um passo significativo para as pretensões brasileiras de líder regional, e pode-se dizer que foi também um marco inicial na definição dos objetivos estratégicos do país.

Em 1996, o Brasil aprovou sua Política de Defesa Nacional (PDN) tendo sido esse o primeiro passo para orientar os afincos da sociedade brasileira e assim concentrar nossas potencialidades e capacidades com o propósito de criar as condições que garantam a soberania do País, sua integridade e assim a consecução dos objetivos nacionais (MATTOS, 2014).

O documento foi atualizado em 2005, e revisado em 2012, ocasião em que sua denominação foi alterada para Política Nacional de Defesa (PND)². Na atualização realizada em 2005 foi criado o conceito de Entorno Estratégico³ como sendo a área de interesse prioritário do Estado Brasileiro, sem detrimento da esfera global (MATTOS, 2014). Dentro dessa área de interesse encontra-se a costa ocidental do continente africano, região em que temos alguns países membros da comunidade lusófona da Comissão de Países de Língua Portuguesa (CPLP), com os quais o Brasil possui uma prévia afinidade cultural, mas também outros estados que compõem a maioria dos países da região de interesse e que por isso o Brasil deve estreitar laços e fortalecer relações.

Um dos antigos relatos históricos que demonstram o despertar do interesse europeu na África, remonta o ano de 1324 quando foi encontrada na região do Mali grande fartura de ouro. Tanta quantidade ficou marcada pela generosa distribuição do valioso metal conduzida pelo

¹ Em 27 de outubro de 1986, foi criada a ZOPACAS, materializando os esforços brasileiros, em conciliação com importantes atores regionais, a fim de manter o ambiente do Atlântico Sul livre de ameaças, sejam elas de ordens políticas, militares ou ambientais.

² Segundo a PND, o documento passou a ser revisado quadrienalmente, conforme a Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações. Em 2008 publicou-se a primeira edição da Estratégia Nacional de Defesa — END.

³ Segundo o glossário da PND e END, o Entorno Estratégico é “área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica” (BRASIL, 2012, p.77).

mansa⁴ Musa no Cairo, fato que acarretou uma crise monetária na região que perdurou por mais de dez anos. O continente africano ficou conhecido também pela fartura de marfim explorado ao ponto de entrar em declínio e obrigar as potências europeias a iniciarem a atividade agrícola (MEREDITH, 2017).

Ainda sobre a África é sabido que durante muito tempo o continente africano foi a origem da mão de obra escrava que movia o sistema agrário de *plantation* empregado nas colônias europeias na América. Essa exploração de mão de obra foi marcada por sofrimento e maus tratos do povo africano e se estendeu por muito tempo, encerrando com o movimento de extinção da escravatura nas colônias europeias ocorridas no século XIX (CASTRO, 1981).

Mas, o fim da escravatura nas colônias europeias não deu início a um período de prosperidade as diversas nações africanas, ao contrário as regiões sob domínio europeu passaram a ser vistas como fonte de matérias-primas, como: algodão, cacau e café; e ouro, diamante e minerais valiosos; o que deu continuidade ao processo exploratório daquele continente. Segundo Meredith (2017), a ambição das potências europeias deu início a uma corrida por território no continente africano. Antes restrita a pequenos polos comerciais isolados na costa, fruto da feroz concorrência, a atividade europeia ampliou suas pretensões em todo continente.

Foram vinte anos de reivindicações a posse de praticamente todo território africano, numa busca incessante de se obter ganhos econômicos e prestígio nacional. A Conferência de Berlim⁵ marcou o ponto alto dessa corrida. No final dela, o continente estava dividido e as potências europeias haviam fundido cerca de 10 mil sistemas políticos africanos em algo em torno de 40 colônias. A maioria dessas colônias abrangia dezenas de grupos distintos que não compartilhavam a mesma história, religião ou cultura. O governo colonial abriu estradas e construiu ferrovias na tentativa de incentivar o crescimento econômico e fazer com que os territórios fossem autossustentados (MEREDITH, 2017).

A opressão e exploração era muito intensa. Após uma onda de insurreições e protestos, uma onda de libertação avançou pelo continente, e diferente do que se esperava o domínio

⁴ Segundo Meredith (2017), no Mali o título real dado ao monarca era Mansa, que significa Imperador ou rei dos reis.

⁵ Segundo Meredith (2017), a Conferência de Berlim (1884 – 1885) foi uma conferência realizada pelas potências imperialistas com propósito de discutir a posse do interior do continente africano.

colonial entrou em declínio, até que após um período de setenta anos ocorreram as primeiras guerras de independência. Esses movimentos de libertação muitas vezes foram apoiados pela China, uma nova potência que emergia.

A China que, não carrega consigo nenhuma herança da época colonial, apoiava os movimentos de independência de forma política, diplomática e até econômica. Começando a exercer sua influência de uma forma que ainda não havia sido caracterizada por nenhum estudioso até ser definida e se tornar objeto de estudo do cientista político estadunidense Joseph Samuel Nye Junior.

Joseph Nye (2009) estudou e definiu o poder, bem como suas formas de aplicação, chamando-as de: *soft power*, *hard power* e *smart power*. E é exatamente o exitoso exemplo da aplicação do *soft power* chinês na Namíbia, um país africano pertencente ao Entorno Estratégico brasileiro, e como a Marinha do Brasil, com suas capacidades operacionais e logísticas, tem atuado na Namíbia, e influenciado aquele país a luz da teoria do *soft power*, o propósito desta pesquisa.

A pesquisa está estruturada em quatro capítulos, além deste capítulo introdutório. No segundo capítulo, serão apresentados a luz da teoria Joseph Nye o conceito de poder e suas três principais formas de atuação.

No capítulo três, apresentaremos o caso particular da crescente presença e atuação do *soft power* ou poder brando da China na República da Namíbia. A análise deste capítulo abordará casos concretos encontrados em sites de agências de notícias e revistas eletrônicas, e tratará as características e as vantagens da parceria obtidas pelos dois países.

No capítulo quatro examinaremos a luz da teoria do *soft power* as relações Brasil – Namíbia e atuação da Marinha do Brasil na formação da Marinha da Namíbia. Trataremos dos acordos de cooperação militar firmados entre os dois países, da Missão de Assessoria Naval na Namíbia; e como o Brasil, por meio de sua Marinha, tem sido exemplo para aquele país e com isso tem aumentado sua influência em seu Entorno Estratégico.

Por fim, no capítulo cinco, apresentaremos as considerações conclusivas deste estudo.

2 O PODER E SUAS FORMAS: A VISÃO DE JOSEPH S. NYE JR

O Entorno Estratégico Brasileiro é uma vasta extensão que vai além do subcontinente sul-americano, abaixo do paralelo 16°N, englobando o Atlântico Sul, o continente Antártico, chegando na costa ocidental da África (Figura 1). Neste conceito, prevalece o ambiente marítimo, no qual o mar não deve ser considerado apenas como barreira ou possível vulnerabilidade, mas sim um importante elo de aliança e amizade que pode aumentar a influência do Brasil na região. Aumentar essa influência significa aproveitar estrategicamente as oportunidades, expandindo os negócios, fortalecendo o papel de liderança e fazendo valer o seu poder. Neste capítulo, será explorada a teoria do Poder de Joseph Nye, em seguida serão descritos os dois principais conceitos de poder: *hard power* e *soft power*, para finalmente abordar a combinação desses conceitos, o *smart power*. Finalizando buscaremos alguns exemplos da importância e da aplicação desta forma de poder.

“O poder, assim como o amor, é mais fácil de sentir do que definir ou medir. Poder é a capacidade de alcançar as próprias propostas e metas” (NYE, 2009, p.74). Com essa frase, o Professor de Relações Internacionais da *John F. Kennedy School of Government*, na Universidade de Harvard, Joseph S. Nye Jr. inicia suas considerações sobre o poder na obra “Cooperação e conflito nas relações internacionais – Uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial”. Nye (2009) define então o Poder como habilidade de concernir os outros para lograr os objetivos desejados. Ele, ainda, estabelece o poder como a habilidade de atingir as próprias metas e propostas.

Muitos estudiosos, políticos e lideranças mundiais acreditam que a capacidade de influenciar outros atores está associada à posse ou propriedade de recursos importantes, como: extensão geográfica, os recursos naturais, demografia, o tamanho e a força da economia, o poder militar e a estabilidade política, entre outros. Essa definição facilita a compreensão do conceito por possibilitar torná-lo tangível, dimensionável e até preditivo (NYE, 2009).

Mas tem-se aí um problema fundamental que figura quando tratamos do poder em termos de recursos: a conversão de tais recursos em poder factual. Segundo Joseph Nye (2009), é fato que alguns Estados são mais habilidosos que outros na conversão de seus recursos em efetiva influência sobre a atitude e os procedimentos de outros países. Trata-se da capacidade

de converter o poder potencial, mensurado conforme a posse dos recursos, em poder executado, conforme dimensionado pelas mudanças de comportamento para algo que lhe seja favorável.

Então quais seriam os melhores recursos para serem considerados base de poder? Nye (2009) acredita que a resposta para essa questão varia segundo o contexto. Para ilustrar tal afirmação cita que os pântanos não seriam o melhor local para empregar excelentes recursos bélicos como os carros blindados de uma cavalaria. Os elementos radioativos empregados nas armas nucleares, num passado não muito distante, não seriam considerados recursos de poder, num período em que a tecnologia necessária para aplicação deste como arma não era disponível. Assim, o contexto sempre será relevante para avaliação dos recursos de poder.

Essa contextualização tem relação direta com a temporalidade. No passado, era possível se valer de uma análise mais simplória para avaliar e julgar os recursos de poder. Por exemplo: Na Europa do século XVIII, o fator população era considerado um poder decisivo, pois este servia como base para a tributação e para formação de uma infantaria. Desta maneira, ao final das guerras napoleônicas (1799 – 1815), a Prússia mostrou aos demais vencedores no Congresso de Viena⁶ (1815) um preciso planejamento para sua reconstrução e para a preservação do equilíbrio de poder. Tal planejamento citava seus territórios e suas populações perdidas desde 1805 e as populações e territórios necessários para recuperar os números equivalentes. Para esta argumentação não seria importante a identidade étnica daquelas províncias, porém em meio século, os sentimentos nacionalistas passariam a ter um peso maior (NYE, 2009).

Nye (2009) afirma que essas mudanças de contexto seguiram ao longo dos séculos. Houve a era industrial, o domínio das máquinas a vapor, o advento das ferrovias que permitiam a rápida mobilização e o rápido deslocamento de tropas, algo muito aproveitado por Otto V. Bismarck⁷ a fim de obter rápidas vitórias. Algo que se contrapõe ao caso russo que apesar de

⁶ O Congresso de Viena foi uma conferência diplomática que ocorreu com o fito de redesenhar o mapa político da Europa após as Guerras Napoleônicas.

⁷ Otto Bismarck foi um estadista prussiano e o primeiro chanceler do Império Alemão. Nasceu em 1º de abril de 1815 na Prússia, e desempenhou um papel fundamental na unificação da Alemanha durante o século XIX. Bismarck foi político hábil e implementou uma série de políticas internas e externas que fortaleceram a Prússia e estabeleceram as bases para a formação do Império Alemão em 1871. Sua influência política diminuiu ao longo dos anos e ele foi demitido pelo imperador Guilherme II em 1890. Bismarck faleceu em 30 de julho de 1898, na cidade de Friedrichsruh, na Alemanha, é considerado uma das figuras mais importantes na história alemã e europeia.

possuir um grande volume demográfico, tinha como lado negativo a ausência de infraestrutura que permitisse sua mobilização. Assim, quando a infraestrutura ferroviária se desenvolve na Rússia no início do século XX, causa um relevante temor nos alemães.

As fontes de poder sempre irão variar consoante a moldura temporal e o desenvolvimento tecnológico. Nesse contexto, a história tem uma série de exemplos de mudanças na distribuição do poder motivadas pelo desenvolvimento tecnológico: o domínio dos mares e o desenvolvimento das navegações, o domínio da pólvora, o desenvolvimento da máquina a vapor, entre tantas outras. Mas nada foi tão contundente em marcar o domínio e o poder de uma nação como o desenvolvimento decisivo da tecnologia nuclear. O poder das armas nucleares caracterizou-se tão decisivo, assustador e destrutivo que sua aplicação se mostrou poderosa, mas também cara em excesso. E neste sentido, existem situações em que o uso da força pode ser considerado inadequado ou caro demais. Por exemplo: mesmo o Reino Unido sendo uma potência nuclear não conseguiu dissuadir a Argentina de invadir as Malvinas.

Joseph Nye (2004) afirma em sua obra que há duas formas de um ator, seja estatal ou não, exercer seu poder sobre outro: incentivando ou ameaçando⁸. Ele continua dizendo que na política internacional, além da coerção, existe uma forma sutil e criteriosa ou indireta de exercer o poder. Pode-se obter os resultados pretendidos por meio da admiração, e conseqüente vontade de replicar a cultura, os êxitos; ou simplesmente porque os demais estados concordam com um sistema que produza positivos resultados. Essa é a atuação do *soft power*⁹.

Segundo Nye (2004), o conceito de *soft power* foi definido como a habilidade de um país exercer influência e obter resultados desejados no cenário internacional valendo-se de meios não coercitivos. Diferente do poder duro (*hard power*), que se baseia no uso da força militar ou econômica, o *soft power* se concentra em provocar admiração, atração e com isso a persuasão de outros players internacionais por meio de recursos intangíveis, como cultura, ideias, valores, diplomacia, política externa e outros elementos que moldam percepções e geram admiração.

⁸ Joseph Nye (2004) exemplifica as duas maneiras de exercício do *Hard Power* como: o incentivo “a cenoura” e a ameaça “o chicote”.

⁹ Os conceitos de *hard power* e *soft power*, foram definidos por Joseph Nye em 1980. A tradução ao português como, respectivamente, “poder duro” e “poder brando” causou nos estudiosos inicialmente estranheza, entretanto foi se firmando como opção viável ao correto significado das definições.

É por meio do *soft power*, que um estado conquista a simpatia, e assim o poder de influência sobre os outros, tornando-se atraente e persuasivo em termos de cultura, estilo de vida, valores, ideologias e instituições; as quais os construtivistas¹⁰ tanto enfatizam. A base do *soft power* está na capacidade de projetar para todos uma imagem positiva, produzindo um magnetismo que leva outros países e atores do sistema internacional, a seguirem seus interesses e políticas sem o uso de coerção direta.

Nesse sentido, o Brasil com as manifestações culturais de novelas, do carnaval, do samba e da bossa nova conseguiram atrair essa simpatia e atração sendo então bons exemplos do exercício do *soft power* em termos de cultura. Um outro exemplo exitoso do *soft power* brasileiro em termos culturais é oriundo do futebol. É o que afirma o Doutor em comunicação pela Universidade Federal Fluminense, Rodrigo Nascimento Reis. Reis (2022) em sua tese enfatiza a atuação dos veículos de comunicação na transmissão de eventos esportivos e como estes contribuíram para o exercício do *soft power* brasileiro por meio do futebol e seus atletas. Tal fato é observado na entrevista do Capitão de Fragata da Marinha Namibiana, Clemens Tulimenkondjo Kashuupulwa. Clemens Kashuupulwa afirma que na Namíbia muitas das Escolinhas de futebol para crianças utilizam *naming rights* de ex-jogadores brasileiros. Ele expande a informação dizendo que na Namíbia existem equipes de futebol que utilizam nomes de clubes brasileiras. Por fim, em sua entrevista ele afirma que canais de TV aberta da Namíbia transmitem novelas brasileiras, o que comprova o exercício do poder brando brasileiro em termos de cultura.

Como maneiras de exercício do *soft power* pode-se citar: investimentos em educação de determinado estado e intercâmbios culturais que promovam a disseminação de ideias e valores, influenciando indiretamente a percepção e as atitudes dos demais atores internacionais. A participação construtiva em organizações internacionais também é uma forma de exercício do *soft power*, que viabiliza a um país influenciar as decisões e obter apoio para seus interesses políticos.

¹⁰ Segundo Karen Mingst (2010), os construtivistas são teóricos das relações internacionais que enfatizam o papel das ideias, das normas e da construção social na formação do comportamento dos atores internacionais e na estruturação das relações internacionais. Eles buscam entender como as interações sociais e as percepções compartilhadas moldam a ordem internacional.

Joseph Nye (2004) aprofunda o conceito do poder brando, relacionando as seguintes fontes básicas: cultural, ou atração cultural; valores políticos e política externa, neste caso no que tange aspectos econômicos, ideológicos e tecnológicos.

Nota-se que Nye aborda as fontes básicas do poder brando e destaca que não são de exclusividade dos Estados. O incremento da globalização modificou algumas formas de poder, como a tecnologia nuclear que radicalizou a estratégia militar, as tecnologias de comunicação que impulsionaram o nacionalismo e a internet que universalizou o terrorismo. O autor também menciona que os terroristas utilizam o poder brando para tentar legitimar suas causas (NYE, 2004).

Nye (2004) destaca a China como um país emergente com potencial para disseminar seu poder brando na era da informação global. O conceito de *soft power*, enfatizado por Nye em seu livro, é considerado inovador por especialistas no campo da política externa e relações internacionais, por colocar a atração e a persuasão no centro da análise das dimensões do poder.

Segundo Joseph Nye,

há mais de quatro séculos, Nicolau Maquiavel aconselhou os príncipes da Itália que importava mais ser temido do que ser adorado. Contudo, atualmente, o melhor é ser ambos. Conquistar corações e mentes sempre importou, entretanto o é ainda mais na era da informação global (NYE, 2004, p. 2, tradução nossa).¹¹

Atualmente, devido à revolução da informação, à redução das fronteiras econômicas e à interdependência entre os países em uma ampla variedade de questões de interesse global, Nye (2004) considera pouco recomendável o emprego do poder duro, considerando até como uma abordagem pouco racional. No passado existia dificuldade na comprovação da materialidade de uma denúncia de um crime como uso da força militar contra civis, já nos dias atuais por toda parte existem câmeras de celulares ou cinegrafistas amadores, repórteres e emissoras de notícias como a “Al Jazeera” e outras que podem apresentar imagens que evidenciam o impacto de bombardeios em áreas residenciais de Mosul ou Kirkuk, realizados por coalizões que atacaram o Iraque.

¹¹ No original: “MORE THAN FOUR CENTURIES AGO, Niccolo Machiavelli advised princes in Italy tha it was more importante to be feared than to be loved. But in todays’s world, it is best to be both. Winning Hearts and minds has Always been importante, but it is even more so inglobal information age.”

A China vem empregando com eficiência as lições apresentadas por Joseph Nye (2004) em seu livro, especialmente no que tange à política externa econômica e comercial com a África. Através dessa abordagem, a China dá uma importante lição de diplomacia aos países da União Europeia (EU) e os Estados Unidos da América (EUA). Ao aplicar sua presença marcante e utilizar seu poder brando, a China se estabeleceu como um influenciador significativo, buscando recursos energéticos e matérias-primas na África para promover seu crescimento econômico.

Dessa forma, a China está aplicando, em sua política externa, a definição e utilizando a maneira mais sofisticada do *soft power*, em consonância com a visão original de Joseph Nye:

a capacidade de alcançar o que se deseja por meio da atração, em vez de coerção ou punição. Ele provém da atratividade da cultura de uma nação, ideário político e de políticas públicas de um país. Quando nossas políticas são legítimas aos olhos dos outros, nosso poder brando se faz intenso (NYE, 2004, p. 10, tradução nossa)¹².

Para Nye (2004), é preciso equilibrar interesses econômicos globais, recorrendo aos valores compartilhados e das eficientes instituições, mas não deixando de lado a capacidade de uso da força, se necessário. Apesar da perseguição incessante pela hegemonia, a dosagem ideal entre poder brando e duro é essencial. Assim, o *smart power*¹³ (poder inteligente) configura-se como a perfeita proporcionalidade entre os dois poderes, especialmente para o autor ele se configura por meio do equilíbrio nas ações baseadas pela força e pelo consenso. Em resumo, o *smart power* é o ponto ótimo de equidade entre *soft power* e o *hard power*, para o exercício do domínio hegemônico.

As Superpotências ou Potências Globais são aquelas que possuem recursos tanto de poder brando quanto de poder duro, utilizados de forma alternada ou simultânea para promover seus interesses nas relações entre agentes não estatais e estatais. Esses Estados exercem e projetam seu poder em diversas dimensões do ambiente global, o que lhes confere a capacidade de exercer a hegemonia. Apesar de eventualmente apresentarem

¹² No original: "It is the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments. It arises from the attractiveness of a country's culture, political ideals, and policies. When our policies are seen as legitimate in the eyes of others, our soft power is enhanced."

¹³ O conceito de "smart power" foi desenvolvido por Robert Keohane e Joseph Nye em um artigo de 1998, onde afirmaram que o poder eficaz depende da capacidade de um país em combinar tanto o *soft power* quanto o *hard power*.

vulnerabilidades específicas, como no caso dos EUA em relação ao petróleo, essas potências desfrutaram de um elevado grau de autonomia (PECEQUILO, 2012).

Nos últimos 20 anos, a China registrou um impressionante crescimento econômico, triplicando seu poder financeiro. Além disso, o país avançou na adoção de valores universais, como proteção dos direitos humanos e economia de mercado. Esses avanços contribuíram para a melhoria da sua reputação e para o fortalecimento do seu poder suave, ou seja, sua capacidade de influenciar e atrair outros países por meio de meios não coercitivos. Esse é um exemplo do poder brando influenciando o poder duro, dois poderes que se misturam proporcionalmente na Ásia, classificado assim como *Smart Power* (NYE, 2004).

Joseph Nye (2004) fez a previsão que a China e a Índia se tornariam potências econômicas em breve, e seus poderes brandos iriam crescer proporcionalmente, impulsionados por diversos fatores. Um desses fatores foi a criação, em 2001, do grupo político-econômico conhecido como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que começou a figurar no relatório de investidores do Goldman Sachs, um dos conceituados bancos de investimento. Além disso, esses países apresentam um notável crescimento econômico, com a perspectiva de superar as nações ricas e desenvolvidas até 2050 (NYE, 2004).

Outros fatores que contribuem para o fortalecimento do poder brando desses países incluem o reconhecimento internacional na área cultural, como a conquista de dois Prêmios Nobel de Literatura (Gao Xingjian em 2000 e V.S. Naipaul em 2001), o sucesso de filmes internacionais como “O Tigre e o Dragão” de Taiwan e “Casamento à Indiana”, além do destaque no esporte, como o jogador de basquete Yao Ming na NBA (a liga norte-americana de basquete profissional) e Pequim sendo escolhida como sede dos Jogos Olímpicos de 2008. Além disso, avanços tecnológicos e científicos, como a viagem tripulada ao espaço realizada por astronautas chineses, também têm contribuído para fortalecer o poder brando desses países. Fatores como esses combinados impulsionam o crescimento e a projeção do poder brando da China e da Índia (NYE, 2004).

A estratégia de projeção de poder brando da China também se concentra em um aspecto crucial, o qual é a promoção de sua cultura, transmitindo uma imagem de que sua política externa é notavelmente benevolente, especialmente considerando o tamanho do país. A cultura selecionada pelo Partido Comunista da China (PCC) para o consumo estrangeiro é, na

maioria, uma que se desenvolveu muito antes do advento do comunismo. Confúcio é apresentado como um sábio portador de uma mensagem de harmonia. E por ele a China, nos moldes do já feito por Portugal com o Instituto Camões, pela França com a Aliança Francesa e pela Alemanha com o Instituto Goethe, vem semeando a cultura chinesa pelo mundo, por meio do Instituto Confucius.

Segundo a definição do Instituto Social de Cultura Brasil China, os Institutos Confucius são programas abertos ao público de promoção cultural e educacional, custeados pela Fundação de Educação Internacional Chinesa e vinculados ao Ministério de Educação da China e ao Escritório Nacional para o Ensino da Língua Chinesa Como Língua Estrangeira (Hanban). Pelo programa uma universidade chinesa e uma universidade do país no qual o programa se estabelece, firmam uma parceria e assim disponibilizam o acesso a língua chinesa.

Segundo o Instituto Sociocultural Brasil China (IBRACHINA), a China dispõe de programas de intercâmbio e cooperação em instrução com 181 países e regiões e inaugurou Institutos Confúcio e Confucius Classroom em 159 países e regiões. Esses institutos oferecem aulas de idioma, organizam grupos de dança e promovem o ensino da culinária chinesa. Além disso, a China criou mais de 1.000 “Confucius Classroom”¹⁴ em escolas estrangeiras, fornecendo professores, materiais e financiamento para auxiliar as crianças no aprendizado do mandarim.

Confirmando a importância que o Estado Chinês dedica ao *soft power*, pode-se observar que em 2014, durante seu discurso de abertura do 17º Comitê Central do Partido Comunista da China (PCC), o secretário-geral Hu Jintao declarou: “Devemos melhorar a cultura como parte do poder brando de nosso país para melhor garantir os direitos e interesses culturais básicos do povo”¹⁵(CHINA TODAY, p.1, 2023).

Nesse contexto, ao longo das últimas décadas, a China tem se apresentado como um Estado de constante e elevado desenvolvimento econômico, o que a faz demandar quantidades crescentes de recursos; e devido à sua natureza de poder brando, observa-se que o estado chinês exerce uma influência significativa na África, em especial na Namíbia. Ao considerar, o conceito de Espaço Vital como aquele que o homem busca para atender às necessidades suas

¹⁴ Confúcio Classroom é um modelo no qual o Instituto Confúcio realiza parcerias com escolas de ensino médio a fim de fornecer livros escolares e professores para o ensino do mandarim.

¹⁵ No original: “We must enhance culture as part of the soft power of our country to better guarantee the people's basic cultural rights and interests”.

e de seu povo, seja alimentos, espaço físico e recursos naturais necessários ao seu desenvolvimento. Na análise da presença chinesa naquele país, pode-se pensar na África como parte componente do Espaço Vital chinês.

Vimos neste capítulo a conceituação de Poder, suas formas e aplicações, no desenvolvimento e conclusão deste estudo, voltaremos o foco para a Namíbia, seu caso em especial será estudado e confrontado, buscando compreender as influências que este jovem Estado africano tem recebido da China e do Brasil. No próximo capítulo, iniciaremos esta análise versando sobre a Namíbia e a presença e atuação da China em seu desenvolvimento.

3 O CASO DA NAMÍBIA

Este capítulo irá analisar, os aspectos da geografia, da história, e das relações namibianas com a China, abordando a presença chinesa naquele país, desde a independência até as duas primeiras décadas do século XXI. Serão tratados ainda os motivos que fazem com que a África a se apresente interessante para a China e como a atividade chinesa tem crescido naquele país.

3.1 Aspectos Geográficos da Namíbia

Segundo a Enciclopédia Britannica (2023), a Namíbia está situada no sudoeste africano (figura 2), possui área de 824.269 km² e em seu território possui o vasto deserto do Namibe. Essa região desértica apresenta dunas e um clima extremamente árido. As dunas avermelhadas de Sossusvlei são uma das principais atrações turísticas do país.

E a Enciclopédia Britannica (2023) expande as informações citando que a região central do país é dominada por um extenso planalto, onde está localizada a capital Windhoek. Já as montanhas do leste são habitadas por uma diversidade de espécies animais e vegetais, incluindo animais da fauna que estão em perigo de extinção. A Namíbia possui aproximadamente 1.500 quilômetros de litoral, ao longo do Oceano Atlântico. A Corrente de Benguela, que flui ao longo da costa, traz águas frias e ricas em nutrientes, criando um ecossistema marinho único. O rio Zambeze, na fronteira com a Zâmbia, é importante, por constituir uma considerável fonte de água doce para o país. O rio cruza a região do Caprivi, uma fina faixa de terra que se avança até o nordeste do país.

Segundo Wexler (2016), a Namíbia é conhecida por sua abundância de minerais e suas minas têm uma importância significativa na economia do país. Destaca-se a mina de diamantes marinhos de Debmarine Namíbia, localizada ao largo da costa sudoeste, que utiliza embarcações especializadas para extrair diamantes de alta qualidade da plataforma continental nas águas rasas da região de Diamond Fields.

Destaca-se também, segundo a Agência de notícias The BR/EF da Namíbia, o fato de o país ter alcançado o posto de segundo maior produtor global de urânio, atrás apenas do Cazaquistão, em 2021. O país produziu 2882 toneladas de óxido de urânio, 393 toneladas a mais que a produção de 2020, fato que levou o país a ultrapassar a Austrália e o Canadá no ranking de produtores do estratégico produto. As reservas mais significativas na Namíbia incluem Trekkopje, próximo a Rössing, de propriedade da antiga empresa Areva, atual empresa Orano e a mina de urânio Husab.

Consoante a Autoridade de Energia Nuclear da China, a mina de urânio de Husab, localizada na região central namibiana, é um importante mina de urânio ao ar livre do mundo. Operada desde 2015 pela empresa estatal chinesa Guangdong Nuclear Power Company (CGNPC), a qual desempenha um papel crucial na produção de urânio do país e contribui para a indústria global de energia nuclear.

A Namíbia é conhecida também por suas minas de cobre e zinco, que representam um importante papel no setor de mineração da economia. A mina de cobre de Tshudi, uma das mais antigas e famosas, é operada pela Weatherly International ¹⁶PLC e utiliza técnicas de mineração a céu aberto e subterrânea. Conforme o relatório do Serviço Geológico do Brasil (SGB)¹⁷, a produção mineral namibiana é responsável por significativa parcela de seu Produto Interno Bruto (PIB), pois além de produtor de urânio, é também como produtor de diamante, prata e metais não ferrosos: cobre, chumbo e zinco. O país dispõe de minas distribuídas por todo território (figura 3).

3.2. Aspectos históricos

¹⁶ A Weatherly International iniciou suas atividades em 2006, quando adquiriu a mineradora Ongopolo. Desde então opera no país, tendo obtido produção recorde de 1.506 toneladas de cobre em 2016.

¹⁷ O SGB atua no continente africano no âmbito empresarial prestando assessoria, consultoria e treinamento..

Conforme a Enciclopédia Britannica, Diogo Cão¹⁸ (1452 – 1486) e Bartolomeu Dias¹⁹ (1450 – 1500) tocaram a costa da daquela região em 1486 e 1488, quando da travessia do Cabo da Boa Esperança. Os exploradores africanos depois de 1670 e os comerciantes e colonos africanos por volta de 1790 chegaram à Namíbia e finalmente alcançaram as fronteiras do sul dos reinos de Ovambo (atual Angola). Sem iniciar uma atividade de colonização foram criados os primeiros caminhos para o comércio (marfim e depois gado) e apresentadas e introduzidas na cultura dos locais as armas de fogo.

Esta introdução aumentou a capacidade destrutiva dos conflitos entre diversos povos e clãs. Assim aconteceu com a chegada, após o início século XIX, dos Oorlam-Nama oriundos do Cabo. Com tecnologia militar modelada dos africanos (que contava com cavalos, armas e uma pequena estrutura organizacional de comando) eles passaram a dominar os residentes Namas (Nação Vermelha) e Damara. Por volta de 1860, um reino governado pelos Oorlam, com parcela Herero e com apoio da Nação Vermelha e Damara, se estabeleceu perto de Windhoek.

Assim a região tornou-se área de conflito entre os Herero que desciam para o sul e os Namas que migravam para o norte. Um acordo de paz foi firmado e como consequência do conflito e resultado das pressões da guerra, Maherero emergiu como o chefe supremo dos hereros.

Em 1884, o Chanceler do Império Alemão, Otto von Bismarck (1815 – 1898), fez uma série de acordos de proteção com inúmeras tribos locais, o que viabilizou que os alemães ampliassem seu controle territorial. Naquele mesmo ano, Bismarck declarou como protetorado alemão o sudoeste africano, e fruto desse processo aumentava gradativamente a influência e autoridade alemã na região (MEREDITH, 2017).

Segundo Meredith (2017), no ano de 1893, o clã dos witbooi nama se recusou a aceitar um “acordo de proteção”, o que resultou num ataque por parte das forças alemãs. Esse

¹⁸ Nasceu em Villa Real (Portugal), por ordem do Rei D. João II, viajou duas vezes à costa sudoeste africana, entre 1482 e 1486. Ele alcançou a foz do rio Zaire e progrediu pelo interior do rio, e deixou um marco comprovando a sua chegada à catarata de Ielala. Foi o primeiro a se relacionar com o Reino do Congo. Adotou o uso dos padrões de pedra, em lugar das cruzes de madeira, para sinalizar a presença portuguesa nos sítios descobertos. 3

¹⁹ Nascido em Mirandela (Portugal), foi o primeiro europeu a cruzar o extremo sul da África, circundando o Cabo da Boa Esperança e alcançando o Oceano Índico, saindo do Atlântico, dando-lhe o nome de “Cabo das Tormentas”, em 1488. Foi um dos comandantes da esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral na expedição que descobriu o Brasil, ocasião que faleceu num naufrágio ocorrido um mês após deixarem Porto Seguro (Brasil), em 29 de maio de 1500. 3

episódio desencadeou uma sequência de rebeliões por parte de várias tribos, todas elas enfrentando uma brutal repressão alemã. O maior levante ocorreu entre os herero, os quais, após derrotados, foram compelidos, por decreto, a deixar o território sob pena de execução.

Milhares de nativos foram obrigados a buscar refúgio nas regiões áridas a leste da Namíbia, onde muitos pereceram devido à escassez de alimentos e água. A repressão impiedosa imposta pelos alemães resultou na perda de metade da população nativa do território, num conflito sangrento conhecido como Conflito Germano-Herero²⁰. Com a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, a Namíbia foi transferida para o controle da África do Sul, que em 1920, recebeu da Liga das Nações a concessão sobre aquele território (MEREDITH, 2017).

Segundo KI-ZERBO (1972), com o término da Liga das Nações, em 1946, a África do Sul pouco a pouco aumentou sua autoridade sobre a Namíbia, impondo o regime de segregação racial do *apartheid*,²¹ o que fez com que ela enfrentasse a oposição de diversas nações africanas e da Organização das Nações Unidas (ONU). A Corte Internacional de Justiça, em 1971, proclamou como ilegítima a presença sul-africana na Namíbia.

Após muita pressão internacional, negociações e sanções, a África do Sul finalmente concordou em deixar o controle da Namíbia em 1988, e dois anos mais tarde, em 1990, o país tornou-se independente. Em novembro de 1989, sob a supervisão da ONU, o país realizou eleições parlamentares. O partido nacionalista, liderado por Samuel Nujoma, conquistou a maioria maciça dos votos, levando à nomeação de Nujoma como presidente (MEREDITH, 2017).

²⁰ Consoante a Meredith (2017), o conflito germano-herero na antiga colônia alemã do Sudoeste Africano (atual Namíbia) entre 1904 e 1908 foi marcado por atrocidades, genocídio e repressão brutal, resultando na morte de milhares de hereros e no deslocamento forçado de suas terras. Visto como um dos primeiros genocídios do século XX, teve um impacto duradouro nas relações entre Namíbia e Alemanha. O conflito atingiu seu auge quando o general Lothar von Trotha derrotou o exército herero na Batalha de Waterburg, levando-os para o Kalahari, onde a maioria morreu. Em 1910, a perda de vidas por enforcamento, batalha, fome e sede reduziu o povo herero em cerca de 90%, com a maioria sendo morta ou no exílio. A guerra de resistência dos Namas foi esmagada em 1907, com os sobreviventes sendo levados para campos de concentração, onde dois terços deles pereceram devido à guerra, fome e condições adversas.

²¹ Segundo Meredith (2017), o apartheid foi um regime de segregação racial instaurado na África do Sul entre 1948 e 1994. Baseado em políticas de discriminação racial, o apartheid estabelecia a separação legal e institucionalizada entre as diferentes raças do país, privilegiando a minoria branca e oprimindo a maioria negra e outras populações não brancas. As leis do apartheid impunham restrições em termos de residência, educação, emprego e acesso a serviços públicos, visando manter a supremacia política, social e econômica da população branca.

Em 21 de março de 1990, Nujoma assumiu o cargo de chefe do executivo, o que marcou oficialmente este dia como Dia da Independência namibiana.

3.3 A PRESENÇA CHINESA NA NAMÍBIA

Segundo Costa (2016), a República Popular da China (RPC) foi proclamada em 1º de outubro de 1949, tendo como capital a cidade de Pequim, e o socialismo com características chinesas como sistema político. Tal sistema é uni partidário, no qual o único partido é o Partido Comunista Chinês (PCC).

Segundo Castelli (2021), a diplomacia contemporânea da China foi fundada por Zhou EnLai e é baseada nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, os quais são: respeito mútuo à integridade nacional e soberania; não agressão; não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; igualdade e benefícios recíprocos; e coexistência pacífica entre os Estados com sistemas ideológicos e sociais distintos.

Desde a fundação da RPC, essa diplomacia dedicou especial atenção à inserção perfeita no sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de alcançar independência e estabilidade, sem depender de um aliado mais forte ou poderoso. Contudo, nos anos 1970, não podendo confrontar ao mesmo tempo, as duas superpotências, a China alterou sua política externa de maneira a conter a hegemonia dos soviéticos, e aproximar-se aos Estados Unidos da América (CASTELLI, 2021).

Em 1976, Deng Xiaoping tornou-se líder do PCC e a China passou adotar uma nova política econômica, chamada “As Quatro Modernizações”. Xiaoping definiu o modelo como um longo plano de desenvolvimento, que abrangia a modernização de quatro áreas: agricultura, indústria, forças armadas e tecnologia. Acrescentou a essa política o forte argumento da conservação da estabilidade chinesa como peça fundamental para a manutenção do equilíbrio regional e do desenvolvimento na área do Pacífico (VISENTINI, 2013).

No campo da política internacional, pode-se observar que a RPC deixou de lado o isolamento e o viés comunista em escala global, e iniciou a busca por redefinir sua agenda e identidade chinesa, considerando duas vertentes: a aliança estratégica com os EUA e a teoria

dos três mundos. Nesse contexto, a China mantinha sua linha independente como Estado do Terceiro Mundo e o buscava um constante entendimento com o Ocidente (PECEQUILO, 2012).

Em comum, África e China têm um passado de ocupação e exploração europeia, o que previamente pressupõe uma empatia entre as partes e as fazem compartilhar o mesmo sentimento de desconfiança em relação as eventuais demonstrações de oposição às suas políticas soberanas. Desta maneira, após o fim da guerra fria, percebeu-se um aumento nos negócios chineses na África, bem como um aumento na ajuda humanitária oferecida pela China aos países daquele continente (VISENTINI, 2010).

A disparidade entre o padrão de vida dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento evidencia uma noção de exploração moralmente condenável nas relações entre o Norte e o Sul, ao mesmo tempo, em que aparenta existir uma razoabilidade moral no âmbito das relações Sul-Sul. Nesse sentido, a China se vale dessa integração no eixo Sul-Sul como uma estratégia de penetração, buscando justificar sua afinidade com outros Estados do Sul com base em suas raízes coloniais.

Atualmente os olhos do mundo estão voltados a crescente influência da China no continente africano. Diferentemente do período da Guerra Fria na África, em que as motivações eram predominantemente ideológicas, a recente aproximação da China no continente se destaca por um enfoque na busca por recursos e oportunidades comerciais (ALDEN, 2007).

De acordo com Visentini (2010), ao declararem a “Guerra ao Terrorismo”, em 2001, os EUA iniciaram intervenções na Ásia Central e no Oriente Médio, e seus interesses nessas regiões colidiram com os da China. Para evitar confrontos diretos, a China optou por buscar áreas onde sua presença diplomática fosse mais vantajosa. Além disso, o aumento da demanda por minerais, alimentos e outras matérias-primas, juntamente com a busca por novos mercados e oportunidades de investimento, contribuiu para o fortalecimento das relações estratégicas entre a China e a África.

É importante salientar que a China aproveitou o vácuo de poder deixado pela Europa e pelos EUA no continente africano para realizar a aproximação, valendo-se de sua abordagem pragmática. Ao contrário daquelas potências, a China não impõe condições ao fornecimento de recursos a esses países, o que tem sido alvo de críticas por parte dos EUA e da Europa (PECEQUILO, 2012).

Para o Diretor do Fórum de Energia e Meio Ambiente Canadá-China, o chinês Wenran Jiang, houve uma diminuição da influência europeia na África, ao mesmo tempo que as atenções estadunidenses ficaram voltadas ao Oriente Médio e o conflito no Iraque. As potências europeias não detinham o poder e tampouco não pretendiam reivindicar a África como sua propriedade, e esse é então considerado um importante motivo para o veloz crescimento da presença chinesa naquele continente. A cúpula de alto nível China-África comprova o fato indicando que Pequim vê a África como área livre de outra influência (JIANG, I. Rotberg [Ed.], 2008). E nessa facilidade a potência chinesa vai suprindo sua crescente demanda por recursos energéticos e alcançando seus objetivos.

Enquanto entidades financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), condicionam seus empréstimos a medidas impopulares de austeridade econômica, choques de gestão, e aumento no grau de liberalização político-econômico. Com os chineses o acesso aos créditos é facilitado, sendo a ajuda disponibilizada sem interferências e questionamentos, fato que costuma agradar aos governantes africanos (VISENTINI, 2010).

Ainda, como afirma Hugon (2009), a RPC vale-se de sua ilustre posição na ONU para defender seus aliados e promover a ideologia de país em desenvolvimento não colonialista. Tal cooperação baseia-se na não ingerência na soberania dos Estados, superando até as questões dos direitos humanos.

Um bom exemplo que ilustra o fato está na independência da Namíbia ocorrida em 21 de março de 1990. Após ter apoiado todo movimento de independência namibiano, a RPC reconheceu a independência da nova nação em 22 de março de 1990, dia que marca o início das relações diplomáticas entre os dois países e a assinatura dos primeiros acordos de cooperação econômica e técnica²².

A presença chinesa na Namíbia foi desde o início forte e crescente. A professora adjunta na *Mitchell Hamline School of Law*, Ellen J. Kennedy, afirma em seu artigo “China in Namíbia”²³ que desde 1990 o investimento chinês na Namíbia foi de US\$ 4,6 bilhões e direcionado em

²² Dados obtidos juntos a Embaixada da República Popular da China na Namíbia.

²³ Ellen J. Kennedy é também fundadora e Diretora Executiva da *World Without Genocide*, que fornece educação sobre conflitos passados e atuais e defende nos níveis local, estadual e nacional políticas e legislação que promovam a paz e a justiça.

obras de infraestrutura: construção de estradas, ferrovias, além de outras infraestruturas essenciais. Além disso, a China tem explorado recursos valiosos do subsolo namibiano mediante minas espalhadas por todo o país. Os chineses também estabeleceram lojas de varejo, hotéis e outros negócios, e têm oferecido suporte educacional, programas de intercâmbio e bolsas de estudo. Esse desenvolvimento inclui a construção de uma estação de rastreamento por satélite em Swakopmund, além da disponibilização de mão de obra chinesa para todas essas iniciativas (KENNEDY, 2017).

O mesmo artigo relata que segundo o Ministério do Interior e Imigração da Namíbia, em 2017 existiam na Namíbia pelo menos 100.000 chineses, 4,3% da população total de 2,35 milhões, um percentual maior do que o de alguns dos grupos nativos. Fato alarmado pelo porta-voz daquele Ministério na época: “O número de cidadãos chineses no país está aumentando a um ritmo alarmante” (KENNEDY, 2017, p.1). Essa quantidade de imigrantes, leva a intuir que a cultura chinesa se faz presente de maneira crescente, por exemplo: a fim de atender esses imigrantes chineses começam a surgir restaurantes e centros gastronômicos chineses.

No biênio 2016 – 2017, durante uma prolongada seca, um fato demonstrou a dimensão da relação chinesa com a Namíbia. Tal seca causou enorme prejuízo nas lavouras namibianas, comprometendo a produção de grãos, resultando em insegurança alimentar de quase um terço da população. Na ocasião, o governo chinês enviou uma doação de 6,6 toneladas de arroz, o que em valores monetários equivalia a 7,7 milhões de dólares, e que pôde beneficiar mais de 595.000 pessoas (KENNEDY, 2017).

Não há como abordar os investimentos chineses na Namíbia sem comentar sobre a Mina Husab de Urânio, que hoje é apontada como a segunda maior do mundo. Segundo Larmer (2017), até o início da produção dos primeiros tambores de U_3O_8 ²⁴, que serve tanto para geração de energia, quanto para emprego em armas nucleares, a China já havia investido neste projeto 4,6 bilhões de dólares. A mina não é considerada apenas um relevante ativo econômico para a Namíbia, estudos dão conta que a plena produção da mina incrementou em 5% o PIB daquela nação, mas também para a China que ao utilizar esse urânio desponta como uma das líderes de energia nuclear e segue buscando diminuir sua dependência do carvão.

²⁴ O óxido U_3O_8 também chamado como Bolo amarelo, é um composto material de urânio com nuclear entre 70% e 80% de urânio puro, utilizado para fins de produção de energia.

Sobre a contribuição das exportações no PIB namibiano. O site OEC²⁵, aponta que a China aparece como segundo maior destino das exportações da Namíbia (figura 4), respondendo por 15% das exportações (US\$ 709 milhões). A África do Sul é a principal parceira comercial da Namíbia respondendo por 20,9 % das exportações daquele país (US\$ 988 milhões). Em terceiro lugar aparece a Bélgica, responsável por 12% das exportações (US\$ 564 milhões), seguida pela Botswana com 8,26% e a Alemanha com 6,5% das exportações.

Segundo a Agência France Press 24 (2019), ao sul da cidade de Walvis Bay, cerca de 400 quilômetros da capital Windhoek, a empresa estatal chinesa China Harbour Engineering Company, construiu em 2019 uma ambiciosa estrutura portuária, que duplicou sua capacidade de contêineres e poderá também aumentar o turismo. O terminal portuário de 40 hectares deve se tornar uma porta de entrada estratégica para os mercados emergentes do sul e oeste da África. O custo da instalação foi de cerca de US\$ 280 milhões. Nas palavras do presidente namibiano Hage Geingob (2019, p.1, tradução nossa): “A conclusão da expansão do terminal de contêineres nos coloca em uma trajetória firme para realizar nosso sonho de transformar a Namíbia em um centro logístico internacional”²⁶. O que fortalece a tese da proximidade e parceria estratégica entre os dois países.

Faz-se mister citar o caso da instituição de caridade, a *Namibia-China Loving Heart Organization*. A instituição foi criada pelo influente imigrante chinês Jack Huang. Huang veio para a Namíbia há mais de duas décadas, quando iniciou suas atividades laborais em Oshikavango, na fronteira com a Angola. Devido às oscilações dos preços do barril de petróleo, foi levado a diversificar seus negócios e se aproximou da elite namibiana. Nos últimos sete anos, a instituição de caridade de Huang concedeu mais de 2 milhões de dólares em bolsas de estudo para estudantes namibianos frequentarem serviços médicos, universidades e escolas na China. Tais doações são alvo de críticas de parte da sociedade, especialmente por parte de membros da oposição ao Presidente Hage Geingob, pois ambas as personalidades são muito próximas e aliadas políticas (LARMER, 2017).

²⁵ O site OEC, The Observatory of Economic Complexity apresenta dados sobre as relações comerciais da Namíbia..

²⁶ No original: “The completion of the container terminal expansion puts us on a firm trajectory towards realising our dream of transforming Namibia into an international logistics hub.” Título original: “Namibia inaugurates Chinese-built port terminal”, Namíbia inaugura terminal portuário contruído pela China – tradução nossa..

Mas nem toda sociedade namibiana vê com bons olhos a expansão da presença chinesa no país. Segundo Larmer (2017), embora haja um comércio local muito forte especializado na venda de produtos chineses de baixos preços, boa parte dos consumidores associam os produtos considerados baratos a produtos de qualidade inferior e de baixa durabilidade. O fato não é totalmente rebatido pelos comerciantes, ao contrário a afirmação é de que o preço é justo e a qualidade corresponde ao valor cobrado.

Além disso, Larmer (2017) amplia as informações sobre a insatisfação namibiana apresentando que para muitos namibianos, a enxurrada de empréstimos e investimentos chineses se assemelha, sim, a uma nova forma de colonialismo. A chegada de infraestrutura é bem-vinda, porém, como são projetos impulsionados por empréstimos e financiados pelos chineses, isto sobrecarrega a economia com dívidas e pouco contribui para aliviar a taxa de desemprego, que beira os 30%. Além disso, nos últimos meses, uma série de escândalos envolvendo cidadãos chineses — como sonegação de impostos, lavagem de dinheiro e caça ilegal de espécies ameaçadas — tem deixado os moradores locais insatisfeitos com a presença estrangeira, que muitas vezes parece extrativista sem beneficiar a população, que, devido ao legado do apartheid, enfrenta uma das maiores dissimilaridades econômicas do mundo.

Larmer (2017) afirma que pelo lado chinês a narrativa é que além de apresentar seu próprio sucesso como um modelo para superar a pobreza, a China oferece financiamento sem restrições, ao contrário da ajuda ocidental, geralmente condicionada a questões sensíveis como direitos humanos, governança transparente e responsabilidade fiscal. Essa abordagem tem sido bem recebida por muitos países, por oferecer uma alternativa real à agenda ocidental, como observado pelo ministro das finanças da Namíbia, Calle Schlettwein. Os líderes chineses afirmam ainda que sua influência é completamente benéfica, baseada em uma visão de “cooperação ganha-ganha” global. Na realidade, muitos dos projetos em andamento pelas empresas chinesas — como estradas, ferrovias, portos, oleodutos, minas e redes de telecomunicações — seriam inviáveis sem o envolvimento chinês. O investimento chinês na mina de urânio Husab, na qual as subsidiárias da China General Nuclear (CGN) possuem 90% e o governo da Namíbia detém 10%, está contribuindo para evitar uma recessão. Xia Lili, ex-diplomata chinês que agora trabalha como executivo em uma empresa chinesa em Windhoek, capital da Namíbia, cita: “Nós auxiliamos a Namíbia a conquistar sua liberdade política e agora

estamos apoiando a luta pela emancipação econômica” (LARMER, 2017, p.1, tradução nossa²⁷).

Pode-se somar a argumentação uma prova da incontestável demonstração do *soft Power* chinês dada pelo Presidente da Namíbia Hage Geingob quando esteve em um encontro com o Embaixador da Alemanha, Hebert Beck, em 2018. Na ocasião, o Embaixador questionou o porquê de haver cada vez mais presença chinesa na Namíbia. A resposta de Geingob foi assertiva: “Qual seu problema com isso?” (tradução nossa). No vídeo disponível na plataforma YouTube²⁸ é possível assistir toda resposta do Presidente, na qual ele aborda o sentimento namibiano de que o europeu deseja intervir nos assuntos internos daquela nação, e descreve claramente a diferença de tratamento dispensada pelos chineses aos namibianos da maneira com que os europeus tratam os assuntos afetos à África. Ele afirma ainda que a relação com a China é baseada no respeito e autonomia e que a China é um Estado que chega com infraestrutura e créditos que viabilizam os projetos de desenvolvimento namibiano.

Ao abordar a influência chinesa no poder naval namibiano é possível citar como primeiro exemplo o fato que a Base Naval de Walvis Bay (BNWB), embora seja um projeto concebido com a assessoria técnica da Marinha do Brasil, foi construída por uma empresa chinesa, com financiamento facilitado chinês (SCOFIELD, 2011). Segundo o Kashuupulwa (2023), Capitão de Fragata da Marinha da Namíbia, a Marinha da Namíbia adquiriu em 2012 da PRC, a custo menor que o de mercado, uma plataforma naval dotada de convés de voo que abriu a possibilidade daquela Marinha conduzir operações aéreas no mar. Trata-se do Navio de Apoio Logístico “Elephant”, de comprimento maior que 100 m e deslocamento de cerca de 2.500 ton. Ao receber um meio naval desse porte, vislumbra-se o desafio logístico da manutenção de uma unidade dessa complexidade, algo que pode criar dependência e manter os laços de proximidade dessas marinhas por algum tempo.

Ainda sobre a aquisição de meios navais pela Marinha da Namíbia, nos mesmos moldes do NS “Elephant”, foram adquiridos ainda mais dois navios de origem chinesa: o NS “Brukkaros” e o NS “Daures”. Os Navios de mesma classe, incorporados em 2017, e concebidos para ações

²⁷ No original: “We helped Namibia gain it's political liberation, now we're helping it fight for economic emancipation.”

²⁸ Vídeo disponível em <https://youtu.be/VSWck8BaA60> com o título “#China nos trata mejor: Presidente de #Namibia dá uma lección al embajador de #Alemania.” Acesso em: 10 jul 2023.

antissubmarino e de patrulha. Durante a cerimônia de comissionamento, o Presidente Hage Geingob agradeceu a amizade chinesa e afirmou:

A entrega e incorporação de duas unidades antissubmarino em nossa frota naval agregarão um grande valor à capacidade de combate naval da Namíbia, além de aumentar também a capacidade de patrulha e vigilância marítima do país. (GEINGOB, p.1, tradução nossa)²⁹

Tendo apresentado estes fatos chega-se a algumas conclusões. A primeira delas é no aspecto político, histórico e social. O cruel passado de colonização da Namíbia pelos alemães deixou marcas e memórias que hoje tendem a afastar essa nação das potências ocidentais. Contudo, com a África do Sul, devido à proximidade geográfica e a mesma identidade étnica da maioria negra do país, vê-se que embora o histórico de cruel colonização, ainda existe grande influência sul-africana na Namíbia. O povo namibiano sofreu muito e atualmente clama por reparação deste sofrimento. É o que podemos observar com o reconhecimento do genocídio por parte da Alemanha e as tratativas de pagamento de indenização ocorrida em meados de 2021.

A expansão chinesa pela África se deu pela busca por fontes de matérias-primas, de fontes de energia e oportunidades de crescimento comercial, muito mais do que por ideologias políticas. O processo foi favorecido pela ausência de concorrência das demais potências, uma vez que estas estavam com suas atenções voltadas primeiramente a contenção da ameaça comunista, período da Guerra Fria; e posteriormente com a guerra ao terrorismo.

A teoria do *soft Power* de Joseph Nye, tem então na presença chinesa na África, em especial na Namíbia, seu evidente caso concreto. O caso da ajuda humanitária quando da grande calamidade causada pela seca; o crescente número de chineses vivendo no país e trabalhando e contribuindo com seu *Know How* nos projetos de infraestrutura namibianos; o gradativo número de empresas chinesas operando naquele país e empregando em seus quadros cidadãos namibianos e chineses, o que por si só faz nascer uma mescla de ambas as culturas; o oferecimento de bolsas de estudos financiadas pelos chineses para estudantes namibianos na China; os créditos facilitados para financiamento de projetos governamentais de

²⁹ No original: "The delivery and incorporation of the two Submarine Chasers into our naval fleet will add tremendous value to Namibia's naval combat surface and under-surface capability, as well as augment the country's maritime patrol and surveillance capability."

grande envergadura; e as declarações dos líderes políticos da Namíbia e também da China são prova da eficiente aplicação do *soft power* por parte da China naquele país.

Vimos que a Namíbia é um jovem país com problemas políticos, econômicos e sociais típicos de uma nação africana, com um grande potencial de exploração de matérias-primas, e oferece muitas oportunidades de parcerias estratégicas. Sua posição no sudoeste africano é estratégica para China porque por sua costa passam algumas das linhas de comunicação do comércio marítimo chinês. Mas a Namíbia é importante também para o Brasil por estar contida no Entorno Estratégico brasileiro e historicamente tem com o Brasil uma relação de amizade e cooperação, que faz dela um parceiro expressivo com o qual as relações devem ser preservadas.

No próximo capítulo será tratado especificamente da presença brasileira na Namíbia. O que de concreto já foi realizado, como estamos aplicando nosso *soft power* e aumentando o papel de liderança de nosso país naquela nação africana.

4 A MISSÃO DE ASSESSORIA NAVAL NA NAMÍBIA: A ATUAÇÃO DO SOFT POWER BRASILEIRO

A importância do Atlântico Sul para as relações internacionais é antiga. A Professora Therezinha de Castro (1981) já defendia esta importância em sua obra publicada “África: Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais”, alegando ainda que desde a descoberta da Rota do Cabo³⁰ (1948), se observava o incremento dessa importância.

Esse capítulo destina-se a abordar como o Brasil, a partir da identificação de tal importância, recorreu a seu poder brando e passou a exercer sua influência. O capítulo está dividido em duas partes: na primeira será tratada as relações Brasil – Namíbia, e na segunda será abordado especificamente a atuação da Marinha do Brasil na Namíbia, e quanto a Força Naval contribuiu para o aumento da influência brasileira na costa Oeste do continente africano.

4.1 As Relações Brasil – Namíbia

Até a década de 1970, a postura diplomática brasileira em relação ao processo de emancipação africana foi sutilmente favorável ao colonialismo português e as relações de cooperação com a África do Sul. Entretanto, minimizava-se de maneira pública esta conduta a fim de se conquistar a simpatia das recém-emancipadas nações, o que acabou por impedir uma postura mais incisiva na questão do Sudoeste Africano. Tinha-se de um lado a Southwest Africa People's Organization³¹ (SWAPO) com afinidades diretas aos movimentos revolucionários de Angola (e a postura adversa ao Ocidente), e do outro, os laços com a África do Sul que inviabilizava o pleno repúdio brasileiro ao *apartheid* (PEREIRA, 2010).

Em virtude disso, entre 1958 e 1960, os países africanos que conquistavam sua emancipação em concordância com as políticas das ex-metrópoles, tinham sua emancipação prontamente reconhecida pelo Brasil. Desta maneira, não se apoiava de nenhuma maneira os

³⁰ A Rota do Cabo foi a rota comercial que os portugueses conceberam após a expedição descobridora do caminho marítimo para as Índias em 1498 de Vasco da Gama.

³¹ Organização do Povo do Sudoeste Africano, tradução nossa.

movimentos de libertação nacional, os quais não haviam ainda conquistado o poder (VISENTINI, 2009).

Esse cenário permaneceu até o governo do Presidente Jânio Quadros, quando iniciou a Política Externa Independente. Este modelo de Política externa foi acentuado pelo pragmatismo responsável e multilateralismo do governo do Presidente Ernesto Geisel. Com Geisel, finalmente, o Brasil passou a reprovar o *apartheid*; e a adotar atitude anticolonialista, acentuada pela política de isolamento da África do Sul, chegando até as aplicações de sanções no decorrer do governo do Presidente José Sarney (PEREIRA, 2010). É nesse período posterior as mudanças que o governo brasileiro reconheceu, em 1976, a SWAPO como genuína representante da Namíbia. Anos depois, em 1987, o Presidente José Sarney recebeu a visita do líder da SWAPO, Sam Nujoma.

Concomitantemente, o Brasil se opunha ao objetivo declarado da África do Sul de criar, as moldes da criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), um organismo de segurança regional. Destarte, visando impedir a ação das grandes potências na área e a militarização da região, que o Brasil propôs a elaboração de uma Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). A África do Sul e a Namíbia (ainda controlada pelos sul-africanos) inicialmente foram contrários a formação da Zona (PEREIRA, 2013).

Atendendo ao pleito brasileiro, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em 1986, a Resolução A/41/11, a qual estabelecia o Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação. Tal Resolução, em seu escopo, reprovava o regime do *apartheid* e era favorável a emancipação namibiana. A criação da ZOPACAS foi uma vitória diplomática do Brasil e validou a liderança brasileira frente aos Estados da costa africana do Atlântico (VISENTINI, 2016). Estes eventos contribuíram na formação de um ambiente propício ao fortalecimento dos laços de amizade e cooperação entre Brasil e o Sudoeste Africano e caracterizaram o início da liderança brasileira.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o passo seguinte nas relações diplomáticas entre Brasil e Namíbia foi dado pelo Brasil em 1989, quando o país abriu o Escritório de Observação do Governo Brasileiro em Windhoek. Em 1990, mesmo ano da independência da Namíbia, o Brasil a reconheceu como Estado independente e efetuou a abertura da Embaixada brasileira na capital Windhoek. As relações políticas e diplomáticas

entre os dois países vieram se fortalecer ainda mais em 1991, quando o Presidente Fernando Collor de Mello realizou visita oficial a Namíbia, dando uma demonstração diplomática de apoio ao país nascente.

Segundo Monteiro (2017), antes dessa visita o Ministro de Negócios Estrangeiros da Namíbia já havia solicitado ao governo brasileiro, auxílio da MB para criação da Marinha namibiana. Em setembro de 1991, o Presidente Collor esteve com o Presidente Sam Nujoma, e os dois países firmaram protocolos de intenção visando futuramente implementar acordos de cooperação em diversas áreas: educação e cultura; intercâmbio de conhecimentos na área agrícola; abolição de vistos de turismo para cidadãos brasileiros e namibianos quando em visita; formação de autoridades do ramo da aviação civil; e cooperação marítima objetivando à proteção dos recursos marinhos. O acordo de cooperação marítima abrangia também a área da pesca, e no Brasil seu preparo contou a participação do Almirante Mário César Flores (1931 – 2019), então Ministro da Marinha.

Monteiro (2017) afirma que os jornais namibianos da época, noticiavam que alguns países se propuseram a contribuir na formação da Marinha namibiana. Diante disso, o Embaixador Mario Santos, que iria assumir o cargo de Embaixador do Brasil na Namíbia, vislumbrou a possibilidade do Brasil oferecer também esse auxílio. Segundo o próprio Embaixador, os textos do Almirante Mário Cesar Flores, que versavam do papel do Brasil na defesa do Atlântico Sul, motivaram-no a seguir adiante no propósito de convencer o governo namibiano a optar pela parceria com o Brasil.

Assim, o Embaixador convidou o Ministro da Defesa da Namíbia a visitar o Brasil, fato que ocorreu em 1992. Nesta visita, o Ministro da Defesa namibiano cumpriu agenda com o Ministro da Marinha e consultou sobre a possibilidade da Marinha do Brasil auxiliar na criação de um Serviço de Patrulha Marítima, visando reprimir a pesca ilegal nas águas jurisdicionais namibianas. Ao responder à consulta, o Almirante Mário César Flores afirmou que a Marinha estava disposta a auxiliar a Namíbia, e poderia ainda contribuir para preparação e formação do pessoal militar-naval nas organizações militares de ensino e embarcações, estando a força naval brasileira pronta para iniciar a parceria de forma imediata. O Ministro da Marinha ofereceu também a assessoria técnica da MB para realização dos seguintes trabalhos: levantamento hidrográfico, demarcação da plataforma continental, e delimitação das águas jurisdicionais namibianas (MONTEIRO, 2017).

Segundo Monteiro (2017), o Ministro da Defesa da Namíbia regressou ao seu país bastante impressionado com as forças armadas brasileiras, e principalmente com a Marinha do Brasil. Tal fato, somado ao histórico brasileiro de colônia de metrópole europeia; mais a postura pacifista que o Brasil costumeiramente adota na política internacional; e a distância que o país preserva dos conflitos mundiais, foram decisivos para que o governo namibiano escolhesse a Marinha do Brasil como parceira na tarefa de criar a Ala Naval Namibiana.

Após a independência da Namíbia, a retirada final das forças sul-africanas da Namíbia foi concluída com a restituição aos namibianos do controle sobre o porto de Walvis Bay, em 1994. É neste marco histórico para o povo namibiano que a Marinha do Brasil registrou importante feito, pois nessa oportunidade a Armada Brasileira se fez presente com a fragata “Niterói” que atracou no porto recém-devolvido, sendo então o primeiro navio estrangeiro a atracar naquele porto (BRASIL, 2018).

Com essa atracação, a Marinha do Brasil seguiu se aproximando do poder militar do país nascente. Os movimentos diplomáticos de aproximação anteriormente realizados pelo poder político aliados às ações de diplomacia naval, especialmente a visita da fragata brasileira ao porto de Walvis Bay, oportunidade na qual a Marinha demonstrou seu profissionalismo, sua capacidade logística e seu grau de adestramento; contribuíram para a celebração do Acordo de Cooperação Naval firmado em 1994, o qual seria um importante meio de aplicação do *soft power* brasileiro na Namíbia.

4.2 O Acordo de Cooperação Naval Brasil – Namíbia

Antes de abordar os Acordos de Cooperação Naval Brasil — Namíbia, é necessário remeter a Política Nacional de Defesa (PND) de 2005, a qual determinou a África como uma das áreas preferenciais para o incremento da cooperação e do comércio. A Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008, seguiu tratando a costa oeste do continente africano como parcela do Entorno Estratégico brasileiro, reforçando a ideia da cooperação e do comércio (BRASIL, 2012). Não havia, antes disso, um documento expedido pelo nível político que expressasse o interesse estratégico brasileiro sobre a África.

Contudo, é sabido que a cooperação na Área da Defesa com os países da África tem origem anterior aos documentos condicionantes PND e END. Na verdade, em 1994 foram celebrados os primeiros acordos de cooperação técnica militar, com a assinatura de compromissos com a Namíbia³² e Cabo Verde³³ (SANTOS, 2014). Dentre os dois acordos, enfatiza-se a cooperação com a Namíbia por sua natureza longeva e pelos acordos de ampliação assinados posteriormente em 2001. Ao passo que num período de mais de duas décadas, a Namíbia transformou-se no principal destino da cooperação brasileira nos assuntos afetos à Segurança e Defesa, se compararmos com os demais países da costa atlântica da África (AGUILAR, 2013).

O Ministério da Defesa da Namíbia necessitava criar, formar e robustecer sua Ala Naval até transformá-la numa Marinha, por isso foi assinado o primeiro acordo de cooperação em 1994. Pelo acordo, o então Ministério da Marinha do Brasil incumbiu-se por todas as custas com transporte e estadia no Brasil dos militares namibianos matriculados em cursos, e dos militares brasileiros designados para missão no país africano. Nesta condição, ofertou-se vagas para cursos de formação de oficiais e praças nos centros de instrução e formação da Marinha do Brasil. Houve também um estágio de treinamento para 145 marinheiros namibianos conduzido pelo Grupamento de Patrulha Naval do Sudeste (AGUILAR, 2013).

O êxito do primeiro acordo motivou que em 2001 um novo fosse celebrado, incluindo neste novo instrumento além das atividades de auxílio anteriormente previstas: o fornecimento de embarcações, a organização do serviço de patrulha marítima, o desenvolvimento da infraestrutura de uma base para atracação e suporte logístico para as embarcações, e a criação da Missão Naval Brasileira na Namíbia³⁴. A partir do segundo acordo, as despesas advindas dos treinamentos dos militares namibianos no Brasil passaram a ser custeadas pela Namíbia. Pode-se somar a isso, o fato que depois de 2006, a cooperação Brasil – Namíbia teve o incremento do Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN), passando a Marinha do Brasil a enviar militares para a Base Naval de Walvis Bay, a fim de prestar assistência a criação do primeiro Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais daquele país (AGUILAR, 2013). Para ilustrar esta

³² O acordo de cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Namíbia foi assinado em Windhoek, em 4 de março de 1994.

³³ O acordo de cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde, foi assinado em Praia, em 21 de dezembro de 1994.

³⁴ O segundo acordo de cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Namíbia foi assinado em Windhoek, em 3 de dezembro de 2001.

vertente da parceria destaca-se que até 2021, haviam sido formados um total de 673 soldados, 243 cabos e 15 sargentos, além dos oficiais fuzileiros navais, o que totaliza mais de 1.000 militares (BRASIL, 2021).

Ao analisar os resultados do acordo de cooperação para um período de dez anos, pode-se constatar a dimensão do sucesso da parceria. No período entre 2001 e 2011, 1.179 militares da Marinha da Namíbia (90% do efetivo total daquela força) foram formados em instituições de ensino da Marinha do Brasil. Além disso, a formação recebeu a contribuição de militares instrutores brasileiros no curso de formação de marinheiros realizado na Base Naval Walvis Bay, o qual forma em média 50 militares namibianos todos os anos (BRASIL, 2018).

Outras relevantes contribuições dadas pela Marinha do Brasil, ainda no contexto do segundo acordo de cooperação, foram: a realização do levantamento hidrográfico e a confecção da “Carta Náutica de Walvis Bay e Proximidades” pela Diretoria de Hidrografia e Navegação(DHN) entregue em dezembro de 1996, o levantamento da plataforma continental, e a colaboração com a realização de manobras e exercícios anfíbios e navais no país africano (DEFESANET, 2013).

Consoante com a END de 2012, faz-se mister ressaltar a busca pela ampliação da cooperação entre Brasil – Namíbia, a qual também estabeleceu, em 2014, uma missão de cooperação do Exército Brasileiro (EB) na Namíbia, e o envio de militares brasileiros instrutores. Ao mesmo tempo, o EB começou a receber militares namibianos como alunos em suas escolas, especialmente na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e na Academia Militar das Agulhas Negras. Essa vertente do acordo se solidificou ao ponto que atualmente junto ao *Namibian Army*, o EB possui um assessor de ensino e treinamento e mantém um instrutor no Curso Internacional de Língua Portuguesa, realizado na *Military School*, com o precípuo objetivo de previamente preparar os militares namibianos que frequentarão cursos nas escolas militares do Brasil (BRASIL, 2020).

Voltando a tratar da presença da Marinha do Brasil na Armada namibiana, ainda no aspecto de formação de pessoal, a longevidade da parceria é notável quando se observa o currículo dos chefes navais namibianos, hoje dispostos em posição de decisão, os quais se sentaram nos bancos escolares brasileiros, tendo frequentado as escolas de formação, especialização ou aperfeiçoamento de nossa Marinha. Outrossim, boa parte da Marinha da

Namíbia é proficiente na língua portuguesa, fruto dos anos de estudo no Brasil, e praticamente todo alto-comando da Marinha do país africano passou por escolas da MB. Como bons exemplos disso tem-se o Comandante da Marinha da Namíbia, Rear Admiral Alweendo Paulus Amungulu e o Commander Naval Operations (CNO) Rear Admiral (Junior Grade) Erastus Lazarus, que foram alunos do curso de formação de oficiais do Centro de Instrução Almirante WandenKolk (CIAW) e também o curso de estado-maior da Escola de Guerra Naval (EGN), e o Deputy Navy Commander, Rear Admiral (Junior Grade) Sacheus Randy Gonteb que foi aspirante da Escola Naval (EN) e Oficial-Aluno do curso de estado-maior da EGN.

No setor do material da Marinha da Namíbia, a parceria com a Marinha do Brasil resultou em muitos bons frutos. O primeiro deles foi a obtenção, em 2004, do primeiro navio de combate da Marinha namibiana. A antiga Corveta “Purus”, após período de reparo na Base Naval de Aratu, na Bahia, foi doada à Marinha da Namíbia. Chegando no estado africano, o navio recebeu o nome de NS “Lt-Gen Dimo Hammambo”, em homenagem ao General Dimo Hammambo³⁵ (1932 – 2002), insigne chefe militar que muito lutou pela independência do país. A Marinha do Brasil também realizou o treinamento de navegação, controle de avarias e combate a incêndio da tripulação responsável por realizar a travessia do Brasil até a Namíbia.

No mesmo ano de 2004, a Marinha Namibiana fechou a compra de um Navio-Patrolha de 200 Toneladas e duas Lanchas-Patrolha. O negócio foi concretizado em 2009, com a entrega pelo estaleiro Indústria Naval do Ceará (INACE) do Navio-Patrolha “Brendan Sinbwaye”, da classe Grajaú e das duas Lanchas-Patrolha da classe Marlim (BRASIL, 2014). Nos moldes do já ocorrido com a antiga corveta “Purus”, o adestramento dessas tripulações também foi realizado pela MB.

Em 2014, uma nova encomenda significativa de material de defesa brasileiro foi realizada pelo Estado Namibiano. Foram adquiridos 141 exemplares dos modelos empregados pelo Corpo de Fuzileiros Navais da MB das viaturas de transporte não especializado Marruá, fabricadas no Rio Grande do Sul pela empresa Agrale. A contratação acompanhava suporte

³⁵ “Tenente-general Mweukefina Kulaumone Jerobeam Dimo Hamaambo foi um comandante militar na Guerra da Independência da Namíbia como membro da SWAPO e na Namíbia independente como Chefe de Defesa da Força de Defesa da Namíbia. Ele se tornou o segundo comandante do Exército Popular de Libertação da Namíbia (PLAN) em e ocupou o cargo até em 1990.”

logístico, fornecimento de peças e serviços de manutenção para a frota de viaturas (TECNOLOGIA & DEFESA, 2019).

Essas aquisições de produtos de defesa pelo país africano foram responsáveis pelo incremento das exportações brasileiras para a Namíbia. Quando se analisa os valores das exportações no período de 2006 a 2021, é possível observar que até 2017, os valores eram crescentes a exceção de 2006, 2010 e 2013; anos em que as exportações brasileiras não ultrapassaram valores do ano anterior ao de referência. Destaca-se que nos anos em que foram realizadas as exportações dos produtos de defesa, 2009 e 2014, foram os anos de maiores volumes exportados. O que aduz um benefício tangível da parceria para os países (figura 6).

Visando replicar a consciência situacional marítima que a Marinha do Brasil dispõe atualmente, a Marinha da Namíbia atendeu ao convite brasileiro e aderiu como usuário do Centro de Dados do Long Range Identification and Tracking (LRIT), em 2014. O Sistema LRIT é habilitado pela Organização Marítima Internacional (IMO) para integrar outras Marinhas ao Sistema de monitoramento e identificação de navios a grandes distâncias, assim como rastrear, por meio de posições satélites, dez mil contatos concomitantemente. A ferramenta viabiliza acompanhamento positivo do tráfego marítimo, contribuindo para as operações de socorro e salvamento, e patrulha naval, além de ser importante para realização do controle naval do tráfego marítimo.

O Estado Namibiano efetuou ainda, aquisições de diversos equipamentos, uniformes, peças e contratou diversos serviços de manutenção, além de fornecimento de assessoria na área de comunicações, uma vez que o modelo empregado na Marinha do Brasil é o que tem servido de modelo para estruturação da Marinha da Namíbia. O país demonstrou ainda interesse em adquirir, futuramente, aeronaves militares da Embraer, porém tal compra ainda não foi realizada (BRASIL, 2014).

Para encerrar a listas de ocorrências que materializam a forte presença da Marinha do Brasil na Marinha Namibiana vale destacar que aquela Marinha utiliza um regulamento de uniformes baseado no Regulamento de Uniformes da Marinha do Brasil, tendo apenas realizado algumas adaptações. Além disso, as normas para o cerimonial, aspecto relevante na cultura organizacional das marinhas de todo mundo, que a Marinha da Namíbia observa é todo

baseado nas Normas para o Cerimonial da Marinha do Brasil, o que mais uma vez reforça a influência doutrinária que a MB exerce naquela força.

Finalizando essa seção de análise, fica evidente a quão significativa é a influência da Marinha do Brasil na Marinha da Namíbia. Uma parceria iniciada com uma ação da Diplomacia Naval, que com o tempo foi ganhando vulto e robustez e que teve no profissionalismo e nas capacidades operacionais e logísticas da Marinha do Brasil, a principal via de acesso do Poder Brando brasileiro naquele Estado que iniciava sua história como país livre.

A aplicação do *soft power* brasileiro na Namíbia, demonstrado com o emprego do Poder Naval, foi importante para o Brasil marcar sua presença no continente africano, sendo a Namíbia a primeira das nações do Entorno Estratégico brasileiro a receber a MB e com isso apoiar a liderança brasileira naquela região.

Por fim, conclui-se que a Namíbia foi um importante mercado para os produtos de defesa brasileiros. O fornecimento dessas tecnologias a Namíbia abrangeu materiais de variados graus de tecnologia, do mais simples como fardamento, até embarcações, o que permitiu um ganho da Base Industrial de Defesa. Ainda que, o quantitativo de material fornecido indique cifras pequenas em relação ao tamanho da economia brasileira, deve-se interpretar esses valores com base nos números da economia namibiana e no tamanho do intercâmbio comercial entre os dois países, avaliação na qual a Namíbia figura como 132ª posição entre os países compradores de produtos brasileiros (BRASIL, 2013).

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como desígnio aquilatar a atuação da Marinha do Brasil como instrumento do *soft power* brasileiro na República da Namíbia, verificando sua adesão aos conceitos desenvolvidos da Teoria do Poder de Joseph Samuel Nye Junior.

Após o proêmio, foram apresentadas no segundo capítulo, o poder e suas características, a luz dos conceitos de Joseph Nye; bem como os diversos atores geopolíticos, sejam eles estatais ou não, lançam mão desses conceitos. Dentre as características do poder, buscou-se mostrar as diversas fontes de poder, e dificuldade encontrada ao se tentar dimensionar tão relevante conceito, uma vez que tais fontes variam com o tempo e com o desenvolvimento tecnológico da sociedade.

Da análise das tantas fontes de poder já consideradas na história, percebe-se de maneira evidente a importância do espaço físico e da moldura temporal que cada fonte abriga. As inovações tecnológicas, em especial as tecnologias disruptivas criadas, conseguiram revolucionar as disputas entre os atores, invalidando uma fonte de poder e reconhecendo o surgimento de outra, por exemplo: o uso da máquina a vapor, o desenvolvimento tecnológico, o armamento nuclear, entre outros.

Ao propugnar o argumento acima, nota-se que a posse de uma fonte de poder não assevera a plena capacidade de obtenção dos objetivos desejados por um ator. Na tentativa de converter a posse de determinada fonte de poder em efetiva capacidade de influenciar e conquistar suas metas, os atores encontram, por vezes, bastante dificuldades. Destarte, a importância da habilidade em se recorrer ao poder é insofismável.

Nye definiu então três conceitos: o *hard power* ou Poder Duro, como a capacidade de conduzir o outro a atender determinado anseio valendo-se do uso de meios que demonstram força. O *soft power* ou Poder Brando, como a habilidade de atrair o outro a tal ponto que seja possível moldar seus desejos. E por último, o *smart power*, que consiste na harmoniosa combinação da capacidade coercitiva com a habilidade de gerar admiração e atrair o outro.

No terceiro capítulo foram aduzidos os aspectos que fundamentam como se deu e porque é crescente a força das relações sino-namibianas. Para esta abordagem, demonstraram-

se inicialmente os aspectos geográficos do país africano, dos quais se ressaltou as vultosas riquezas minerais, mormente das reservas do estratégico metal empregado na atividade nuclear: o Urânio.

Foram tratados também os aspectos da história namibiana, desde os primeiros contatos dos nativos locais com os europeus, passando pelo início da colonização alemã, a forma cruel e dolorosa como colonização sucedeu. A transição da colonização alemã para a britânica e posteriormente para sul-africana, culminando com o processo de independência concluído em 1990. Foi preciso percorrer esse roteiro histórico da Namíbia para se compreender as brechas em que outras potências não europeias penetram e assim influem naquele país.

Na última seção deste capítulo, foi abordado o exitoso emprego *do soft power* chinês na Namíbia. Demonstrando como a China atrai aquele país, seja pelas parcerias econômicas em sociedades que extraem o Urânio, seja pelas parcerias com o governo daquele país para construção de obras de infraestrutura. Abordou-se, ainda, a aparente amizade para: facilitar a concessão de empréstimos para financiamento de projetos do governo, facilitar a aquisição de produtos de defesa, conceder bolsas de estudos em universidades chinesas à estudantes namibianos; e o crescente número de chineses residindo no país.

Diante de todo o exposto, ficou evidente o interesse chinês na Namíbia. A República Popular China, desde o princípio, esteve apoiando a formação e estruturação do Estado Namibiano, aproveitando-se muito do espaço deixado pelas demais potências, as quais tinham suas atenções voltadas para outras questões como: a Guerra do Iraque e a Guerra ao Terror. Ao identificar a possibilidade de assegurar a posse de matérias-primas fundamentais ao seu desenvolvimento, a China fortaleceu suas relações com o país africano, fazendo-se presente em diversos ramos da realidade namibiana: política, de infraestrutura, econômica, cultural e de defesa.

No capítulo quatro foi analisada a atuação do Poder Naval brasileiro como instrumento do *soft power* brasileiro na Namíbia. Tal atuação, iniciada antes mesmo do estabelecimento do conceito de Entorno Estratégico, tem se mostrado duradoura e proveitosa para ambas as partes.

A escolha do modelo empregado pela Marinha do Brasil, como modelo a ser empregado pela Marinha da Namíbia, caracterizou contundentemente o início da atração da Namíbia pelo

Brasil. Ao longo dos anos, o constante convívio dos militares namibianos com os marinheiros brasileiros, convívio esse que muitas das vezes ocorreu em terras brasileiras fez fortalecer essa atração, o que resultou na modelagem do pensamento naval namibiano pelo pensamento naval brasileiro.

Nossa Base Industrial de Defesa favoreceu-se da relação Brasil – Namíbia e deu demonstrações de capacidade produtiva. Como exemplos disso, pode-se citar a construção, no Brasil, dos meios navais: um Navio-Patrolha e as lanchas. No aspecto doutrinário, fomos corresponsáveis pela criação da doutrina daquela Marinha, pois a maioria do seu pessoal, oficiais e praças, foi formada pela Marinha do Brasil; e muitos desses já ocuparam ou ocupam posição de chefia, ou posição de decisão naquela Força Naval.

Por meio da Marinha do Brasil, o Estado brasileiro conseguiu vencer as colossais distâncias do Oceano Atlântico e se fazer presente de forma constante e efetiva no continente africano, influenciando sobremaneira aquele jovem Estado. Destaca-se que a forte presença da RPC, potência oriental de maior poder econômico e militar, não impediu que nossa Marinha defendesse os interesses brasileiros na África, ao contrário, as atividades envolvendo as Marinhas do Brasil e da Namíbia aumentaram com o decorrer dos anos.

Conclui então a pesquisa, que as duas situações abordadas: China – Namíbia e Brasil – Namíbia, tem aderência com a teoria do *soft power* de Joseph Samuel Nye Jr. Que o constante e crescente desenvolvimento chinês irá demandar cada vez mais recursos que o sustentem, e por isso espera-se que a RPC aumente cada vez mais seu Poder Brando, mormente na África. Por outro lado, considerando o aumento no interesse chinês naquela região, espera-se que o Brasil se mantenha firme no propósito de exercer a liderança no seu Entorno Estratégico. Valendo-se deste modelo exitoso para aumentar sua influência em outros Estados da Costa Oeste da África.

Por fim, considerando o crescimento populacional e econômico observado em diversas nações africanas e o aumento do interesse das grandes potências na região, sugere-se como linha de pesquisa a manutenção deste tema, adequando-o a países como Nigéria, Camarões e Senegal, a fim de se assegurar a constante reflexão e contribuição acadêmica da Escola, para os assuntos estratégicos do Brasil.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Atlântico Sul: as relações do Brasil com os países africanos no campo da Segurança e Defesa**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v. 2, n. 4, p. 49 – 71, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/332385091_ATLANTICO_SUL_AS_RELACOES_DO_BRASIL_COM_OS_PAISES_AFRICANOS_NO_CAMPO_DA_SEGURANCA_E_DEFESA. Acesso em: 26 jul. 2023.

ALDEN, Chris. **China in Africa**. Zed Books, 2007. *China Returns to Africa: A Rising Power and a Continent Embrace*. HURST Publisher, 2009. 170p.

BRASIL. Agência Senado Brasil. **Plenário aprova indicação de Vivian Loss Sanmartin para embaixada na Namíbia**, 1 dez. 2021, Brasília. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/12/01/plenario-aprova-indicacao-de-vivian-loss-sanmartin-para-embaixada-na-namibia>. Acesso em: 28 jul. 2023

_____. Exército Brasileiro. **Cerimônia de Encerramento do Curso Internacional de Língua Portuguesa/2018**. 7 dez. 2018. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/U3X7kX8FkEXD/content/id/9436058. Acesso em: 29 jul. 2023.

_____. **Indicação de autoridade: Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Namíbia**. Brasília, ano 2021, n. 901, p. 1-33, 4 nov. 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?mimeht=application/pdf&disposition=inline&dm=9036097>. Acesso em: 27 jul. 2023.

_____. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **Plano Estratégico da Marinha (PEM) 2040**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/book.html>. Acesso em: 25 jul. 2023.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN)**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Namíbia: informação para o Senado Federal. nov. 2014**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=4219956&disposition=inline>. Acesso em: 5 ago. 2023.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Guia de Negócios: Namíbia**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/invest-export-brasil/exportar/conheca-os-mercados/como-exportar-privado/como-exportar.pdf/GNNamibia.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

_____. Missão de Assessoria Naval na Namíbia. **Orientação Permanente (ORIP)**, 30/11/1997. OriP da MAN-Namíbia, Walvis Bay – NA.

_____. Secretaria Geral da Presidência da República. **Ofício No 901/2021/SG/PR/SG/PR.** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9035462&ts=1646935431315&disposition=inline>. Acesso em: 31 jul. 2023.

BRITANNICA, T. E. E. **NAMIBIA.** Britannica, 03 abr. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Namibia>. Acesso em: 06 jun. 2023.

CASTELLI, Y. **As Bases do Pensamento da Política Externa de Xi Jinping para a Iniciativa do Cinturão e Rota.** Seminário Pesquisar China Contemporânea, Campinas, SP, n. 5, 2021. Disponível em: <https://www.econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/chinabrasil/article/view/4624>. Acesso em: 30 jul 2023.

CASTRO, Therezinha de. **ÁFRICA: Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. 204p.

CHINA ATOMIC ENERGY AUTHORITY. **Chinese-invested Husab uranium mine kicks off construction in Namibia.** 22 abr. 2023. Disponível em: <https://www.caea.gov.cn/english/n6759361/n6759362/c6792878/content.html>. Acesso em 27 jul 2023.

CHINA TODAY. **Hu Jintao Calls for Enhancing “Soft Power” of Chinese Culture.** 2023. Disponível em: <http://www.chinatoday.com.cn/17ct/17e/1017/17e1720.htm>. Acesso em: 04 ago. 2023.

COSTA, Jales Dantas. **A República Popular da China.** Florianópolis: GPEPSM, 2016. Disponível em: https://gpepsm.paginas.ufsc.br/files/2020/06/capitulo_Costa2016.pdf. Acesso em 5 ago. 2023

FRANCE24. **Namibia inaugurates Chinese built-port terminal.** Windoek. 03 ago. 2019. Disponível em: <https://www.france24.com/en/20190803-namibia-inaugurates-chinese-built-port-terminal>. Acesso em: 10 jul. 2023.

HUGON, Philippe. **Geopolítica da África.** Tradução de Constância Morel. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, 172 p.

JIANG, Wenran. **China's Emerging Strategic Partnerships in África.** In: Robert I. Rotberg: *China into Africa, Trade, Aid and Influence.* Washington D.C.: Brookings Institution Press, 2008. 339p.

KASHUULPULWA, Clemens Tulimenkondjo. **Entrevista com o Capitão de Fragata da Marinha Namibiana.** Oficial-Aluno do C-EMOS da EGN. Entrevista concedida ao autor por e-mail em 08 de julho de 2023.

KENNEDY, Ellen J. **China in Namibia.** 2021. Disponível em: <http://worldwithoutgenocide.org/wp-content/uploads/2021/04/China-in-Namibia-Updated-Images.pdf>. Acesso em 16 jun. 2023.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra. Vol. II.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1972. 464p.

LARMER, Brook. **Is China the World's New Colonial Power?** The New York Times Magazine. Nova Iorque. 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/05/02/magazine/is-china-the-worlds-new-colonial-power.html>. Acesso em: 30 jul. 2023.

MATTOS, Leonardo Farias. **A inclusão da Antártica no conceito de entorno estratégico brasileiro.** Rio de Janeiro: REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL, 2014. 27p. Disponível em: <https://www.revistadaegn.com.br/index.php/revistadaegn/article/view/193/155>. Acesso em: 1 ago. 2023.

MEREDITH, Martin. **O Destino da África: cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. 740 p.

MINGST, Karen. **Princípios de Relações Internacionais.** 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 448p.

MONTEIRO, Alvaro Augusto Dias. **Cooperação Naval e Segurança Marítima do Atlântico Sul. O Caso do Acordo de Cooperação Naval Brasil – Namíbia. (1994 – 2010).** 2017. 240 p. (Tese de Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

NYE, Joseph S. **SOFT POWER: The Means to success in world politics.** Nova Iorque: Public Affairs, 2004. 228p.

NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais.** São Paulo: Editora Gente, 2009. 356p.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato – Política Internacional.** 2.ed. rev. Brasília: FUNAG, 2012. 354 p.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **O Atlântico Sul, a África Austral e o Brasil: cooperação e desenvolvimento.** Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v. 2, n. 4, p. 33 – 47, jul./dez. 2013.

REIS, Rodrigo Nascimento. **O futebol brasileiro como soft power: Um estudo de narrativas jornalísticas e cinematográficas.** 2022. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Jornalismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/27600/Tese%20-%20O%20futebol%20brasileiro%20como%20soft%20power.%20Rodrigo%20Reis.%20-%20Rodrigo%20Reis.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 ago. 2023.

SANTOS, Carlos Alexandre Geovanini dos. **As ações do Exército Brasileiro em apoio à Política Externa Brasileira voltada para a África subsaariana.** Tese (Doutorado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

SCOFIELD, Jefferson G. **Poder Naval e Diplomacia: a presença da Marinha do Brasil na Namíbia**. 2011. Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas. Rio de Janeiro, EGN, 2011.

The BRIEF. **Namibia now world's second largest uranium oxide producer**. 12 jun. 2022. Disponível em: <https://thebrief.com.na/index.php/component/k2/item/1255-namibia-now-world-second-largest-uranium-oxide-producer#:~:text=Namibia%20is%20now%20the%20second,Director%20Johan%20Coetzee%20has%20revealed>. Acesso em 28 jul. 2023.

WEXLER, Alexandra. **Exploração de Diamantes no mar pela DeBeers dá alívio à Anglo American**. Valor Econômico. 21 out 2016. Disponível em: <https://valor.globo.com/noticia/2016/10/21/exploracao-de-diamantes-no-mar-pela-de-beers-da-alivio-a-anglo-american.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2023.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África Moderna**. Porto Alegre, RS: Leitura XXI, 2010, 150p. *BRICS: as potências emergentes: China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, 227 p.

_____. **A Relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócio?** Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. 250 p.

_____. **Relações Exteriores do Brasil II (1930 – 1964): o nacionalismo, da Era Vargas à Política Externa Independente**. Petrópolis: Vozes, 2009. 280 p.

_____. **Namíbia: Série Diplomacia ao alcance de todos**. Brasília: Thesaurus Editora, 2011. 15p. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-932-namibia>. Acesso em 21 jul. 2023.

NAMIBIA ECONOMIST. **Two Chinese-Built Naval Vessels Commissioned in Walvis Bay**. 30 out. 2017. Disponível em: <https://economist.com.na/30035/wheels-wings/two-chinese-built-naval-vessels-comissioned-in-walvis-bay>. Acesso em: 30 jul. 2023.

ANEXO A - FIGURAS

Figura 1. Entorno Estratégico Brasileiro

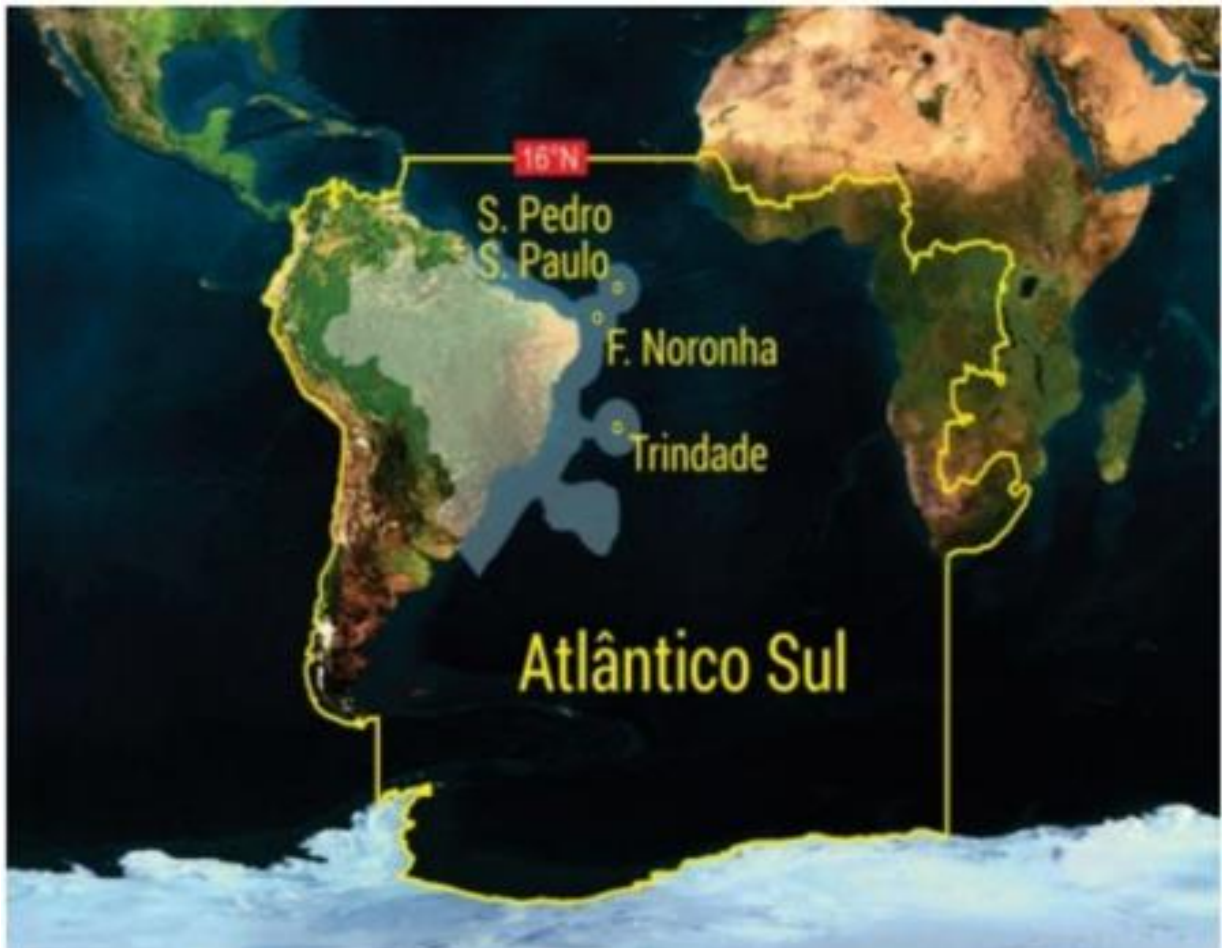


Figura 1: Entorno Estratégico Brasileiro, Fonte: BRASIL, 2020 - Plano Estratégico da Marinha 2040.

Figura 2. Mapa Político da África



Figura 2: Mapa Político da África. Fonte: Google Maps (2023). Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/%C3%81frica/>. Acesso em: 07 ago. 2023.

Figura 3 – Distribuição das Minas no território da Namíbia.

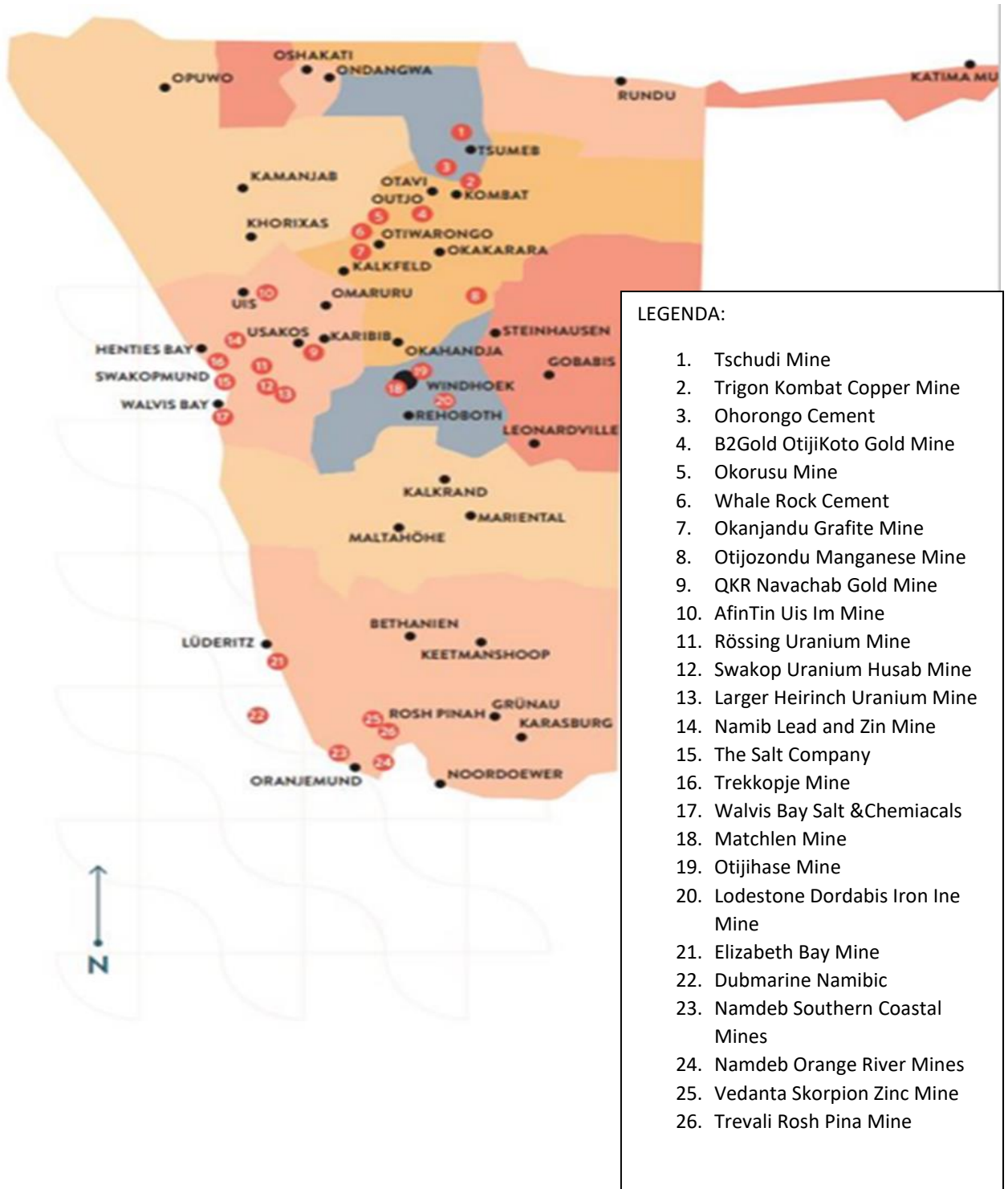


Figura 3 - Distribuição das Minas em território namibiano. Disponível em: <https://zone.my.na/focus-mining/map-of-mines-in-namibia2022-08-3026692>. Acesso em: 7 ago. 2023.

Figura 4 - Distribuição das exportações namibianas no ano de 2021

Total: \$4.72B

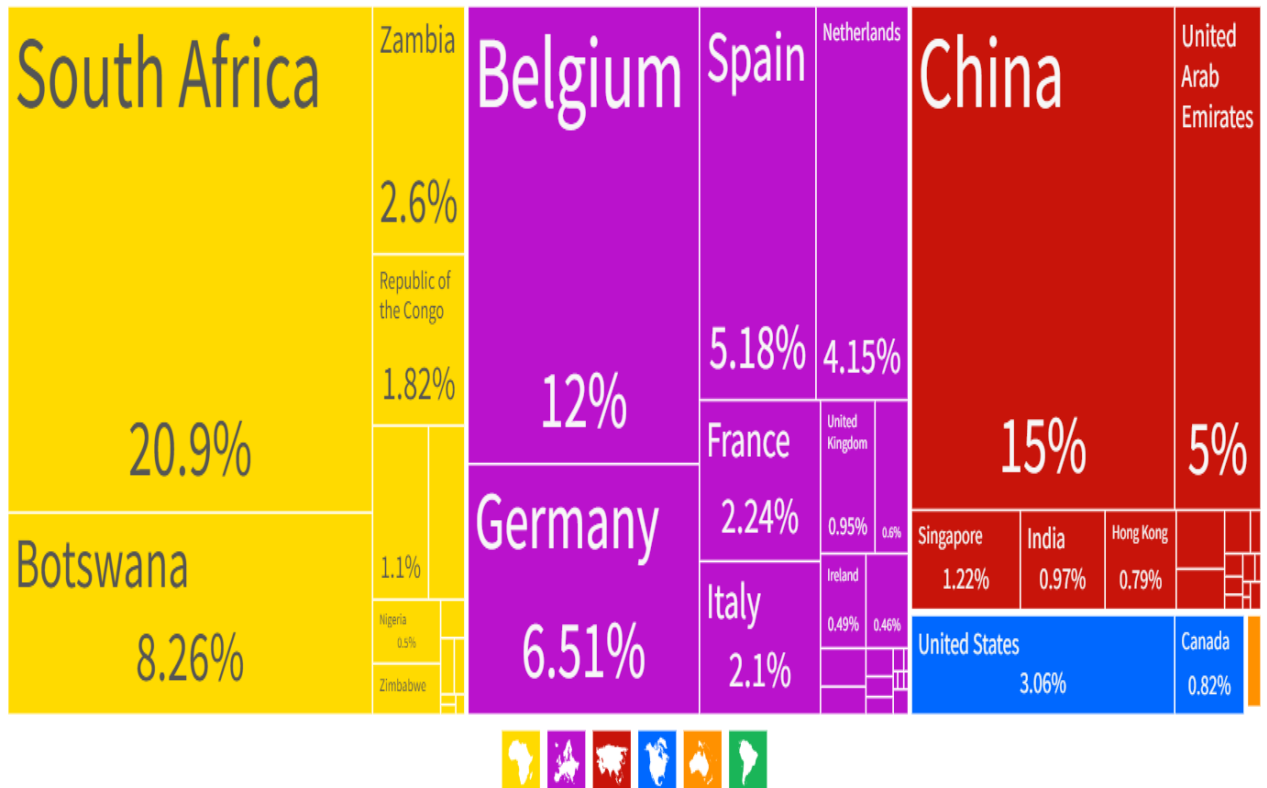


Figura 4 - Distribuição das exportações namibianas por países. Fonte: https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/nam/show/all/2021/. Acesso em: 7 ago. 2023.

Destino das exportações	Volume exportado (em dólares)
1º África do Sul	988 milhões
2º China	709 milhões
3º Bélgica	564 milhões
4º Botswana	390 milhões
5º Alemanha	307 milhões
6º Espanha	244 milhões
7º Emirados Árabes Unidos	236 milhões
8º Países Baixos	196 milhões
9º EUA	145 milhões

Figura 5 - Exportações da China para a Namíbia no ano de 2021

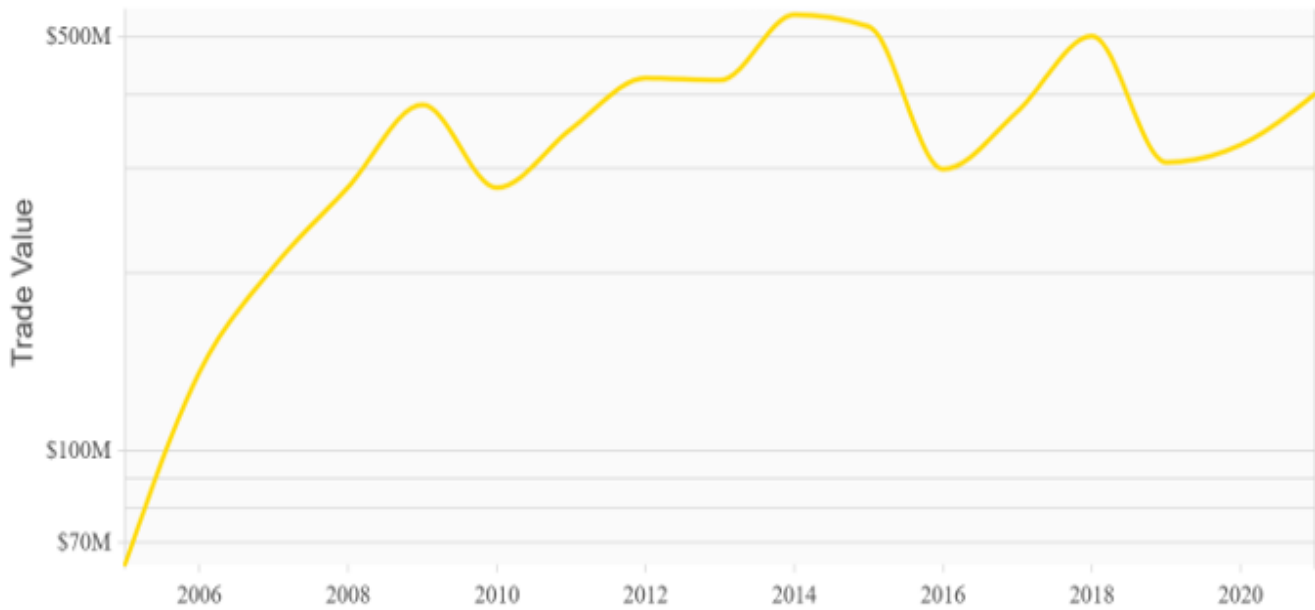


Figura 5 - Valores das exportações da China para a Namíbia. Disponível em: <https://oec.world/en/visualize/line/hs92/export/chn/nam/all/2005.2021/>. Acesso em: 8 ago. 2023.

ANOS	CHINA
2006	\$136.000.000,00
2007	\$205.000.000,00
2008	\$279.000.000,00
2009	\$384.000.000,00
2010	\$278.000.000,00
2011	\$350.000.000,00
2012	\$426.000.000,00
2013	\$423.000.000,00
2014	\$545.000.000,00
2015	\$521.000.000,00
2016	\$299.000.000,00
2017	\$374.000.000,00
2018	\$502.000.000,00
2019	\$307.000.000,00
2020	\$329.000.000,00
2021	\$401.000.000,00

Figura 6 - Exportações do Brasil para a Namíbia, no período de 2006 a 2021



Figura 6 - Valores das exportações do Brasil para a Namíbia. Disponível em: <https://oec.world/en/visualize/line/hs92/export/bra/nam/all/2005.2021/>. Acesso em: 8 ago. 2023.

ANOS	BRASIL
2006	\$13.900.000,00
2007	\$18.300.000,00
2008	\$24.000.000,00
2009	\$61.900.000,00
2010	\$24.800.000,00
2011	\$32.500.000,00
2012	\$26.800.000,00
2013	\$25.800.000,00
2014	\$29.900.000,00
2015	\$10.800.000,00
2016	\$25.400.000,00
2017	\$36.300.000,00
2018	\$11.300.000,00
2019	\$11.500.000,00
2020	\$16.500.000,00
2021	\$10.400.000,00

ANEXO B - ENTREVISTA

Entrevista com o Capitão de Fragata Clemens Tulimenkondjo Kashuupulwa, da Marinha da Namíbia

1. Qual o nome completo do Sr?

R: CF Clemens Tulimenkondjo Kashuupulwa.

2. Qual a posto do Sr. na Marinha Namibiana?

R: Staff Officer Level SO2.TAFF

3. O Sr é casado? Possui filhos?

R: Sim sou casado e tenho três filhos, sendo dois meninos e uma menina.

4. O Brasil historicamente tem uma relação amistosa com a República da Namíbia. E é sabido que muitos jogadores de futebol brasileiros foram famosos em todo mundo, inclusive na África. Nesse contexto, há na Namíbia algum canal de esportes que transmita competições esportivas do Brasil?

R: Sim. DST – MULTICHOICE NAMIBIA.

5. Existe na Namíbia, alguma escolinha de futebol que use como marketing o nome de ex-jogadores brasileiros? Qual?

R: Sim, há várias escolinhas de futebol com nome de ex-jogadores de futebol brasileiros.

6. O futebol na Namíbia é popular? Existe alguma equipe de futebol de nome em alusão a equipes brasileiras?

R: Sim, é um esporte popular. Existem as seguintes equipes inspiradas no futebol brasileiro: BRAZILAINS (Young Brazilians – Série A do campeonato local), VASCO DA GAMA, PORTUGUESE.

7. Em termos de entretenimento, há algum canal de Televisão (aberta ou fechada) que transmita novelas brasileiras ou alguns tipos de programa de entretenimento brasileiro? Se sim, qual?

R: Canais abertos – NBC E FECHAD DSTV- MULTICHOICE

8. É comum na Namíbia a execução de músicas brasileiras? O sr conhece algum cantor ou compositor brasileiro que tenha sido conhecido na Namíbia?

R: Não.

9. Há na Namíbia alguma empresa brasileira em atividade? De qual ramo: vestuário, construção civil, serviços?

R: No ramo alimentício, tem-se a BRF, no ramo da indústria de petróleo a PETROBRAS, e no ramo da construção civil tem-se as Grupo OAS e Queiroz Galvão.

10. Existe na Namíbia alguma colônia de imigrantes brasileiros? E Chinesa?

R: Sim, existe há presença evangélica, comunidades pequenas de vertentes cristãs protestantes brasileiras: MANA IGREJA CRISTÃ, Igreja Universal do Reino de Deus e outros.

11. Na Namíbia, existem restaurantes de comidas brasileiras? E comidas chinesas? A população em geral, consome essas comidas? O Senhor pode estimar qual seja a de maior preferência do público?

R: Não. Existe apenas o BRASILAN RESTUARANT E CAFE, que serve churrasco brasileiro, feijoada e alguns poucos pratos da culinária brasileira. Nos mercados se encontra alguns poucos produtos de origem brasileira.

12. A Marinha da Namíbia possui quantos navios de origem brasileira? Quais classes de Navios?

R: Cinco navios. Um Navio-Patrolha e quatro lanchas.

13. A Marinha da Namíbia possui quantos navios de origem chinesa? Quais classes de Navios?

R: Três navios: NS Daures and NS Brukkaros. Namibian Ship (NS) Elephant.

14. Quais empresas Chinesas operam na Namíbia? Em quais ramos? O Sr pode listar as principais?

R: Não sei precisar, mas são muitas.

15. Existem na Namíbia estabelecimentos de educação chinesa? Institutos Confúcio, universidades, escolas...?

R: Não.

16. Muitas pessoas na Namíbia têm demonstrado interesse em aprender o idioma Mandarim?

R: Sim, por conta da facilidade em conseguir postos de trabalho.

17. Existe alguma base militar chinesa na Namíbia?

R: Não.

18. Existem militares namibianos realizando cursos na China?

R: Sim, a Marinha da Namibia tem acordos de cooperação com o Ministério da Defesa da China.

19. Existem militares namibianos realizando intercâmbio embarcados em navios chineses? Quantos? Quais comissões?

R: Sim, mas não sei precisar.

20. A parceria da Marinha da Namíbia com a Marinha do Brasil foi iniciada há muito tempo, portanto acredito que alguns dos chefes navais namibianos foram formados nos centros de instrução da Marinha do Brasil. O Senhor pode citar algumas das autoridades navais namibianas que cursaram na Escola Naval, no CIAW ou EGN?

R: O Commander Naval Operations (CNO) Rear Admiral Erastus Lazarus e o Rear Admiral Alweendo Paulus Amungulu, Comandante da Marinha da Namíbia são oriundos do CIAW. O Deputy Navy Commander, Rear Admiral (Junior Grade) Sacheus Randy Gonteb foi aspirante da Escola Naval entre 1995 e 2000, e fez o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores na EGN, em 2012. O Commander Naval Support, Rear Admiral (Junior Grade) Naftal Shuumbua é oriundo do CIAW.